

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA:
DA MISOGÍNIA AO EPISTEMICÍDIO**

STEPHANE SANTOS CARDOSO

Rio de Janeiro
2025

STEPHANE SANTOS CARDOSO

**AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA: DA MISOGINIA AO
EPISTEMICÍDIO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Área de Concentração: Gênero, Raça e Colonialidade.

Orientador: Profº Drº Filipe Ceppas de Carvalho e Faria

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

C268m Cardoso, Stephane Santos
 As Mulheres na História da Filosofia: da
 misoginia ao epistemicídio / Stephane Santos
 Cardoso. -- Rio de Janeiro, 2025.
 84 f.

 Orientador: Filipe Ceppas de Carvalho Faria.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências
 Sociais, Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
 2025.

 1. Filósofas. 2. Patriarcado. 3. Misoginia. 4.
 Colonialidade. 5. Epistemicídio. I. Faria, Filipe
 Ceppas de Carvalho, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

**AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA: DA MISOGINIA AO
EPISTEMICÍDIO**

STEPHANE SANTOS CARDOSO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
como requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Filosofia pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

Área de Concentração: Gênero, Raça e
Colonialidade.

Aprovada em 04 de Abril de 2025

Prof. Dr. Filipe Ceppas de Carvalho e Faria (UFRJ)

Prof. Dr. Rafael Haddock-lobo (UFRJ)

Profa. Dra. Marcela Botelho Tavares (IFRJ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter sido minha fortaleza em todos os momentos dessa caminhada. Sua presença em minha vida foi essencial para que eu tivesse força, esperança e serenidade nos momentos de dúvida e cansaço. Sou grata por todas as portas que Ele abriu em minha vida e todos os planos que Ele tem para mim.

À minha mãe, Adriana Rocha, meu amor eterno e minha maior inspiração, minha gratidão mais profunda. Foi com sua dedicação incansável, sua presença constante, seu trabalho árduo e seu amor incondicional que pude trilhar este caminho. Sua coragem e luta diária para me proporcionar uma vida digna e educação de qualidade me acompanham como exemplo de força e generosidade.

Ao meu amor, agradeço por todo o apoio, paciência e carinho ao longo dessa jornada. Suas palavras de incentivo e seu acolhimento foram fundamentais para que eu pudesse seguir firme, mesmo diante dos maiores desafios.

Expresso meu sincero agradecimento ao meu orientador, professor Filipe Ceppas, por sua orientação generosa, pelas provocações intelectuais e por acreditar no meu trabalho. Sua escuta atenta e suas contribuições precisas foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores Marcela Botelho Tavares e Wallace de Moraes, membros da banca de qualificação, deixo meu agradecimento especial. Suas leituras cuidadosas, suas observações atentas e seus olhares críticos enriqueceram significativamente esta pesquisa, permitindo-me ampliá-la e aprofundá-la em novos caminhos. Suas sugestões valiosas foram fundamentais para que esta dissertação pudesse alcançar sua forma final.

Aos professores Marcela Botelho Tavares e Rafael Haddock-Lobo, agradeço pela disponibilidade de participação na banca de defesa e pelas contribuições generosas ao meu trabalho. A presença de vocês tornou esse dia ainda mais especial e gratificante. As palavras de elogio e incentivo foram essenciais para que eu permaneça com o meu trabalho dentro desta área tão desigual da filosofia.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo suporte que possibilitou minha dedicação à pesquisa e ao aprofundamento acadêmico.

Às minhas queridas amigas Raabe e Isabelle, companheiras do IFCS, agradeço pela amizade sincera e por tornarem a minha trajetória na filosofia mais leve, afetiva e alegre. Compartilhar este percurso com vocês foi uma das partes mais bonitas desta jornada.

Quero também prestar uma homenagem emocionada à minha avó, Ribinha, que partiu durante o último ano deste mestrado. Mulher negra e maranhense, sua vida foi marcada por força, dignidade e resistência. Ela sempre se orgulhou imensamente da minha trajetória acadêmica, por saber que, com essa conquista, sou a primeira da família a concluir o ensino superior e, além disso, a alcançar um mestrado. Carrego comigo o amor, os ensinamentos e o orgulho que ela sempre expressou. Esta conquista é também dela, e dedico à sua memória tudo aquilo que consegui realizar até aqui e que ainda realizarei.

A todas essas pessoas e instituições, minha mais profunda gratidão.

*“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar”*

Samba-enredo Mangueira, 2019¹

¹ Miranda, Tomaz; Oliveira, Ronie; Bola, Márcio; Mamá; Domênico, Deivid; Firmino, Danilo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise da desigualdade de gênero e também de raça na área da filosofia e os fenômenos que ocasionaram tamanha exclusão aos grupos marginalizados pelo cânone filosófico tradicional. Para isso, foi realizada a busca de dados sobre a presença de filósofas nos livros didáticos de filosofia distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático do ano de 2018 e dados sobre a presença das mulheres e pessoas negras no âmbito acadêmico de filosofia como docentes e discentes. Além disso, realizou-se também a análise dos discursos masculinos sobre as mulheres, a origem da misoginia, da sociedade patriarcal, e da hierarquização racial em nossa sociedade ocidental e a maneira como a colonialidade e seus sistemas de epistemicídio promoveram um silenciamento ainda maior nas filósofas negras.

Palavras chave: filósofas; patriarcado; misoginia; colonialidade; epistemicídio.

ABSTRACT

This work aims to analyze gender and racial inequality in the area of philosophy and the phenomena that caused such exclusion to groups marginalized by the traditional philosophical canon. To this end, we searched for data on the presence of female philosophers in philosophy textbooks distributed by the National Textbook Program in 2018 and data on the presence of women and black people in the academic field of philosophy as teachers and students. Furthermore, there was also an analysis of male discourses about women, the origin of misogyny, patriarchal society, and racial hierarchization in our Western society and the way in which coloniality and its systems of epistemicide promoted an even greater silencing in black women philosophers.

Keywords: women philosophers; patriarchy; misogyny; coloniality; epistemicide.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. IDEOLOGIA E CURRÍCULO	14
1.1 O Cânone Filosófico	20
1.2 As Filósofas e os Livros Didáticos de Filosofia	32
2. A INFERIORIZAÇÃO DAS MULHERES E A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA FILOSOFIA	40
3. AS MULHERES RACIALIZADAS E A COLONIALIDADE	57
3.1 O Epistemicídio	65
3.2 O Pacto da branquitude.....	70
CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81

INTRODUÇÃO

Ao olharmos mais atentamente para a área da filosofia, é evidente que existe uma grande desigualdade de gênero e também de raça. Quando observamos as ementas de filosofia nas universidades e os livros clássicos de história da filosofia mais renomados, não há mulheres nem pessoas racializadas² presentes nesses espaços. Os grandes clássicos da história da filosofia nos mostram que é possível estudar séculos de filosofia sem aprender sobre nenhuma mulher.

Quando comecei a me interessar pela filosofia ainda era aluna do ensino médio, no colégio Pedro II, escola pública federal no Rio de Janeiro. Ao longo das aulas criei facilidade com o tema e buscava mais conhecimento para ensinar a disciplina aos meus colegas de turma com dificuldades. Todavia, ao longo do tempo um questionamento surgiu dentro de mim: Onde estão as mulheres filósofas? O plano de curso ensinado na minha turma de ensino médio não continha nenhuma mulher.

Mesmo com todas as dificuldades de uma pessoa pobre, nascida e criada no Morro da Mangueira, favela localizada na zona norte do Rio de Janeiro, me veio o desejo de ser professora dessa disciplina. O ensino médio terminou e na graduação em filosofia encontrei a mesma dificuldade em acessar o conhecimento produzido por mulheres. As ementas e bibliografias do curso de filosofia eram majoritariamente preenchidas por filósofos, homens brancos, cis de países centrais. Após participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em filosofia no Colégio Pedro II, nos Campi Tijuca e Humaitá, pude ter contato com a filosofia decolonial, por meio de um grupo de estudos realizado pelos professores, perspectiva a qual me afeiçoei e busquei me aprofundar. Após diversas pesquisas, constatei que as filósofas de fato existiram, com isso, outro questionamento me surgiu: por que as filósofas e os saberes construídos por mulheres não são ensinados nas aulas de filosofia nos diversos níveis de ensino?

² Mulheres e pessoas que enfrentam opressão e discriminação em função da sua raça, em uma sociedade que aloca privilégios a grupos raciais específicos.

Este trabalho busca analisar a situação das mulheres filósofas ao longo da história da filosofia ocidental e os fatores que causaram este grande desequilíbrio de gênero no ensino de filosofia atual. Além disso, me dediquei também a analisar os fatores que causaram também uma grande desigualdade racial no âmbito filosófico, já que ao falarmos em mulheres, não podemos considerar esta como uma categoria fechada na qual todas são iguais e oprimidas do mesmo modo. Geralmente, quando me deparo com trabalhos sobre as mulheres na filosofia é difícil encontrar análises que também falam sobre a situação da mulher negra na história da filosofia e no ensino de filosofia.

A maior parte dos escritos coloca as mulheres filósofas em uma categoria geral e se esquece de citar as mulheres racializadas, o que acaba por excluí-las, tendo em vista que as opressões sofridas por estas são diferentes e também influenciam em seu apagamento ainda mais intenso. Enquanto mulher branca, não poderia deixar o recorte de raça fora da minha pesquisa de mestrado sobre as mulheres na história da filosofia, pois na minha perspectiva não há sentido em analisar as mulheres como uma categoria universal e colocá-las em pé de igualdade, quando sei que essa não é uma realidade em nossa sociedade. Fazer um trabalho que critica a invisibilização das mulheres apenas por uma perspectiva feminista, ocultando as opressões e o apagamento acentuado sofrido pelas mulheres racializadas ao longo da história me pareceu extremamente contraditório.

Por esse motivo, iniciei este trabalho com filósofas brasileiras feministas que estão à frente das pesquisas por mulheres na história da filosofia, como Nastassja Pugliese e Yara Frateschi, por respeito ao trabalho inédito realizado por elas na filosofia brasileira. Todavia, este trabalho não se fixa apenas na perspectiva feminista, tendo um viés também decolonial. Busquei traçar uma linha de raciocínio que parte da visão feminista das filósofas citadas ao longo do texto e se encontra com a visão decolonial para que assim o argumento contra a desigualdade na área da filosofia seja completo. Portanto, ao longo desta dissertação também utilizo diversos homens latino-americanos como referências para a perspectiva decolonial.

Início o primeiro capítulo com uma explicação sobre o que é o currículo escolar e para que ele serve, de acordo com as autoras Nice Hornburg e Rubia da Silva, com o texto de Alisson de Paula, Antônio Pereira e Frederico Costa e também com a obra da filósofa Branca Jurema Ponce. Deste modo, busco evidenciar a importância das escolhas para construção do currículo e seus impactos na educação e sociedade como um todo, já que, o currículo faz parte de um conjunto de atividades epistemológicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas. Refletir acerca do currículo é algo essencial, pois este transmite a visão de mundo daquela sociedade e por meio deste são mantidos privilégios e apagamentos no campo do saber, os quais culminam em desigualdades permanentes, um dos temas centrais deste trabalho. Ao longo do processo educacional são refletidos os antagonismos de raça, gênero, classe social e condição sexual. Logo, se faz necessário pensar quais os conhecimentos e conteúdos estão sendo repassados aos alunos por meio destes materiais e porquê. Posteriormente, realizo uma explicação da relação entre currículo e ideologia, o que é ideologia e o que é hegemonia.

Na segunda parte do primeiro capítulo realizo uma explanação sobre o que é o cânone filosófico e seus autores e temas principais, com base na filósofa brasileira Nastassja Pugliese. Busco demonstrar como a filosofia ensinada nas escolas e universidades reflete apenas uma parte da filosofia, produzida por homens brancos de países hegemônicos e concebida como um modelo universal e exclusivo de conhecimento, excluindo o conhecimento de todos aqueles que não se encaixam nesse perfil. Para indicar o quanto a desigualdade de gênero, classe e raça ainda se faz presente na área filosófica atual trago alguns dados que demonstram o perfil dos professores de ensino superior na UFRJ e também no Instituto de Filosofia da Universidade.

Além disso, também apresento dados sobre os estudantes de graduação e de pós-graduação em filosofia do Brasil, a partir das informações coletadas pelo ENADE e das pesquisas de Carolina Araújo e Fernando de Sá Moreira, os quais demonstram que a área da filosofia é a menos diversa de todas no campo das ciências humanas. A partir desses dados, teço críticas ao mito da imparcialidade e a

ideia de universalidade do conhecimento, a partir dos conhecimentos produzidos pela filósofa Yara Frateschi e pelo Sociólogo Ramón Grosfoguel.

A fim de observar melhor a situação das filósofas e das pessoas negras no ensino fundamental, apresento dados sobre a presença das mulheres nos livros didáticos de filosofia aprovados pelo PNLD 2018, o último PNLD antes da reforma do ensino médio que transformou os livros de filosofia em livros de humanidades, os quais abrangem as ciências humanas e sociais em conjunto com outras disciplinas. Realizo esta análise, pois estes materiais são de extrema importância no ensino público brasileiro, já que na maioria das vezes será o único conteúdo que os alunos terão para compreender a disciplina.

No segundo capítulo, exploro as origens da inferiorização da mulher na cultura ocidental, para que assim seja possível entendermos os mecanismos apagadores que nos trouxeram a esta vasta desigualdade de gênero na filosofia atual. Ao longo das pesquisas tornou-se perceptível que os grandes filósofos do cânone também usaram sua influência criando teses e justificativas para diminuir a capacidade cognitiva da mulher e excluí-las da filosofia. Neste capítulo demonstro diversas falas que comprovam que os filósofos ao longo da história da filosofia inferiorizavam as mulheres e as excluíam do processo filosófico.

Ainda no segundo capítulo, abordo as origens da misoginia na cultura ocidental a partir dos escritos da autora Maria José Ferreira Lopes, que defende que os principais pontos da imagem negativa da mulher na sociedade ocidental surgiu na Grécia antiga, tendo como base a ciência emergente e a razão. Mais a frente utilizo a obra de Gerda Lerner para analisar a origem do sistema patriarcal e sua contribuição para a desigualdade de gênero no âmbito filosófico.

No terceiro capítulo busco explicar a intersecção entre gênero e raça e as origens dos mecanismos que tornaram as mulheres racializadas ainda mais excluídas e invisibilizadas no âmbito filosófico, já que seria um grande equívoco considerar apenas os fatores que silenciaram as mulheres brancas ao longo da história da filosofia, tendo em vista que não há comparação entre os dois tipos de opressão sofridos pelas mulheres. No início do capítulo, me dedico a analisar como

a colonização e a colonialidade dividiram o mundo a partir de raça e etnia e estruturaram os processos de exploração e conflitos no mundo moderno. Explico também como a colonialidade violentou física e epistemicamente as mulheres de países colonizados, por meio dos escritos de Aníbal Quijano e María Lugones. Ademais, realizo uma crítica aos movimentos feministas iniciais, os quais englobavam apenas as mulheres brancas nas suas demandas, excluindo todas as outras mulheres que não se encaixavam nesses padrões.

Na segunda parte do terceiro capítulo busco explicar o que é a epistemologia e como o epistemicídio busca apagar o conhecimento científico-filosófico dos povos marginalizados e silenciar suas vozes em prol da supervalorização dos conhecimentos criados pelos dominadores brancos europeus e estadunidenses. Posteriormente, busco analisar o pacto da branquitude em nossa sociedade, acordo silencioso entre as pessoas brancas que se encontram em situação privilegiada em nossa sociedade para a manutenção de seu poder e hierarquia, o que contribui para que não haja mudanças efetivas relacionadas à invisibilidade das pessoas racializadas nas diversas esferas sociais, incluindo os âmbitos do conhecimento e da educação.

1. IDEOLOGIA E CURRÍCULO

A partir do início do processo de massificação da escolarização houve a necessidade de uma padronização na maneira como os conhecimentos seriam repassados aos alunos, deste modo o currículo escolar se mostra como um conceito que determina “uma especificação precisa de objetos, procedimentos e métodos para obtenção de resultados que podem ser medidos” (HORNBERG; SILVA, 2007, p. 1).

O currículo, enquanto mediação fundamental do processo de ensino-aprendizagem constitui um componente pedagógico decisivo na orientação das atividades docentes e na preparação cognitiva dos educandos. Nele estão contidos os conteúdos, os métodos e os objetivos de ensino que devem ser adotados para a realização do ato educativo (De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 06).

O currículo organiza os conhecimentos e saberes que são construídos socialmente e historicamente para serem transmitidos. Sabemos que as relações sociais por muitas vezes se moldam por meio de contradições e apagamentos na história, sendo um território de constante luta por mudança e justiça. O currículo é uma expressão das relações sociais, logo, é possível afirmarmos que a sua produção é realizada de modo não neutro, já que seus procedimentos de elaboração refletem as relações sociais presentes também fora da sala de aula em nossa sociedade, criando um ambiente de disputa de interesses e poder, os quais permeiam todos os campos da vida em sociedade. Ademais, este compõe uma atividade epistemológica, social, política, cultural e ideológica que é base essencial para as atividades educacionais, na qual ocorre a conexão entre a atividade educativa realizada em sala de aula e o conjunto da sociedade historicamente situada (De Paula; Pereira; Costa, 2020).

De acordo com a filósofa Branca Jurema Ponce (2018), o currículo é uma prática social pedagógica que se apresenta como ordenamento sistêmico formal e como vivência subjetiva e social, dois aspectos inseparáveis, de forma que só é possível pensar o currículo por meio da associação desses dois aspectos. Para ela, o currículo é “uma prática social que envolve construção histórica-social; disputas

ideológicas; espaços de poder; escolhas culturais; e exercício de identidades” (Ponce, 2018, p. 793).

As escolhas para composição destes currículos escolares diversas vezes culminam em uma manutenção de privilégios de determinadas classes sociais e raças já hegemônicas nos diversos campos da vida. Como é possível observarmos no trecho a seguir:

Compreendemos que o currículo está diretamente relacionado a nós mesmos, a como nos desenvolvemos e ao que nos tornamos. Também envolve questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (Hornburg; Silva, 2007, p. 1)

Entende-se que o currículo está para além de apenas um documento escolar de organização de conteúdo, métodos e atividades, sendo “uma prática socioeducativa dinâmica”, se destacando “como um complexo social” articulado por “relações ideologicamente organizadas e orientadas” (De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 4). Ao longo do processo educativo, são transmitidas e reproduzidas visões de mundo e valores daquela sociedade em específico, para atender as demandas do modo de produção e as condições de vida daquele local, por isso notamos o apagamento ou inexistência de determinados conteúdos elaborados por pessoas historicamente marginalizadas nos currículos universitários e escolares.

O currículo e seu conteúdo são de extrema importância no âmbito escolar. Todavia, suas influências não se limitam a transmissão de conteúdos para realizar determinadas avaliações e tarefas escolares, estas perpassam as paredes da escola, sendo levadas para o cotidiano de cada discente ali presente. Deste modo, o currículo se demonstra uma importante ferramenta de mudança social, pois age no sujeito, podendo contribuir para suas atitudes dentro da sociedade e sua visão e perspectiva de mundo. Para além de apenas reproduzir conteúdos em sala de aula, o currículo escolar se caracteriza como um espectro de realizações humanas.

Segundo De Paula, Pereira e Costa (2020), o currículo abrange uma variedade de processos, relações e conexões, fundamentando-se no processo de ensino-aprendizagem e em seu contexto social. Nesse sentido, as dimensões que o constituem incluem conhecimento científico, manifestações artísticas, ideologias, conceitos de moral e ética, técnicas e tecnologias, formas de comunicação, linguagens, pensamento, confissões religiosas, processos econômicos, cotidiano, particularidades, universalidades, globalização, natureza, razão, sensibilidades, emoções, sentimentos, modos de pensar, relações de poder, política, Estado, políticas públicas, luta de classes, gênero, raça, entre outros aspectos. Portanto se torna necessário repensarmos a maneira que os currículos escolares estão sendo elaborados, quais conteúdos foram escolhidos para serem repassados aos alunos e o porquê.

Conforme o pensamento da filósofa e educadora Branca Jurema Ponce (2018, p. 787), “os currículos escolares são territórios de disputas políticas onde está em jogo a educação que se deseja oferecer e/ou construir para crianças, jovens e adultos de determinada sociedade”. Todavia, é perceptível que os currículos atuais de filosofia nas escolas e universidades não buscam refletir e nem superar as desigualdades e apagamentos educacionais, mas sim agem como um mecanismo silenciador de todos os conteúdos educacionais e filosóficos que não são hegemônicos. Os currículos atuais “distanciam os alunos da compreensão acerca dos direitos historicamente conquistados, bem como das experiências escolares a partir da apreensão crítica dos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade” (De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 8).

Nos anos 1960, se iniciaram as reflexões acerca da educação tradicional e sua estrutura, com ênfase em teorizações sobre o currículo escolar. As análises críticas desenvolveram conceitos para a compreensão do currículo e o que ele faz, por meio de uma perspectiva marxista, ao longo destas elaborações estabeleceu-se uma ligação entre currículo e ideologia (Hornburg; Silva, 2007).

Em nosso país, o acesso à educação se ampliou apenas na segunda metade do século XX, porém o acesso de todos a uma educação de qualidade tem sido

dificultado pelo formato atual de nossos currículos escolares, já que estes possuem um formato hegemônico excludente (De Paula; Pereira; Costa, 2020).

De acordo com Marx e Engels em *Ideologia Alemã* (1932 *apud* De Paula; Pereira; Costa, 2020), as ideologias surgiram na compreensão da divisão social do trabalho, pois por meio desta separação nasce uma classe que domina a outra e a controla através do Estado e da ideologia. A filósofa Marilena Chauí (2004), explica que a ideologia é um sistema organizado de ideias ou representações, assim como de normas e regras, considerado separado e independente das condições materiais, já que seus criadores (teóricos, ideólogos e intelectuais) não estão diretamente ligados à produção material que sustenta as condições de existência. Sem perceber, eles refletem essa separação em suas ideias.

Além disso, a ideologia pode ser compreendida também pela inversão da realidade concreta, de modo que as relações sociais surgem como se fossem algo natural e não consequência da ação dos seres humanos. A inversão é concretizada quando os resultados de um processo são assumidos como seu começo (Castro; Mariano, 2015 *apud* De Paula; Pereira; Costa, 2020).

A ideologia, em acréscimo, do modo como é engendrada, configura-se como algo que não possui história e, em decorrência deste aparente axioma, compreende-se que a ideologia produz uma história ilusória, enfatizando a legitimação da dominação do setor hegemônico” (De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 09).

Assim, a história contada sempre reflete a perspectiva dos vencedores (aqueles que detêm o poder), que preservam sua hegemonia ao fazer com que os derrotados aceitem a noção de que são meros receptores dessa narrativa, nunca os agentes (Castro; Mariano, 2015, p. 51 *apud* De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 09).

Marilena Chauí (2004), explica que o fenômeno de conservar a ideologia e validade dos valores e ideias dominantes, mesmo após a percepção da dominação e até mesmo quando se luta contra a classe dominadora, é denominado como hegemonia. Uma classe se torna hegemônica não apenas por deter a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado, que consiste no controle jurídico, político e policial, mas porque suas ideias e valores são dominantes e, apesar da

luta dos dominados contra a dominação, estes ainda mantêm os valores da classe dominadora. As normas e regras contribuem para que a ideologia atenda as necessidades da classe dominante, o que torna suas ideias particulares em universais, levando-as a serem implementadas em todas as instituições sociais (De Paula; Pereira; Costa, 2020).

No limite, as instituições sociais são responsáveis pela reprodução social a partir da implementação e irradiação da ideologia do controle da classe hegemônica. Estas instituições são caracterizadas por escolas, igrejas, imprensa, Estado, mídia entre outros. Elas, além da produção de ideias, produzem e legitimam o conhecimento. Nesse sentido, portanto, a instituição que ganha destaque, concernente ao processo de socialização e apropriação do conhecimento, trata-se da escola (De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 10).

Castro e Mariano (2015), explicam que a organização da sociabilidade do capital ocorre sob a dominação de classe, de modo que aqueles que detêm o poder e o controle da propriedade dos recursos materiais exercem dominação sobre aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho. Todavia, esta organização não se limita a economia, ocorrendo nos demais âmbitos sociais, como por exemplo o da educação. Por este motivo, se torna necessário pensarmos a educação como algo extremamente vinculado à sociedade, esta não é uma área isolada de todas as outras.

Assim, a escola não é uma instituição neutra, pois é uma construção histórico-social. Portanto, podemos afirmar que "os projetos curriculares, os conteúdos de ensino, os materiais didáticos, as estruturas organizacionais das escolas, as atitudes dos alunos e dos professores, etc., não são questões técnicas e neutras", mas estão sempre influenciadas por ideologias e outras dimensões que a sociedade impõe. Ao contrário, muitas decisões tomadas na área educacional e os comportamentos resultantes são influenciados por eventos e características de outras esferas da sociedade, o que impacta seu significado (Santomé, 1995, p. 13 *apud* De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 10).

Com base nas reflexões citadas acima, se torna imprescindível pensarmos na ideologia no âmbito curricular e educacional, pois as escolas e também universidades selecionam os conteúdos a serem ensinados nas disciplinas e isso contribui para a formação de sujeitos que ocuparão posições sociais e também irão reproduzir papéis sociais baseados na desigualdade da estratificação social vigente.

Ademais, é possível observarmos que as escolas acabam sendo agentes da hegemonia, pois na maioria das vezes reproduzem apenas o conhecimento dominante, não trazendo reflexão ou crítica para que haja uma mudança de perspectiva que impacte a sociedade e desconstrua as invisibilizações, preconceitos e desigualdades propagados pelos dominadores.

“É correto afirmar que o conhecimento reproduzido pela escola tem intenções variadas, ou seja, se destina a pessoas diferentes e de classes diferentes”. Deste modo, “a distribuição do conhecimento é desigual e que somente alguns grupos têm acesso e outros não, uma vez que as instituições escolares apresentam uma função ideológica” (Castro; Mariano, 2015, p. 53 apud De Paula; Pereira; Costa, 2020, p. 11).

Além disso, Ponce (2018), explica que no século XXI o currículo transformou-se em arena de disputa e tema de grande interesse na política de conhecimento do mundo capitalista, sendo considerado extremamente importante para a dominação econômica e política. De acordo com a autora, o currículo passou a responder aos interesses e avaliações externas a área educacional, como por exemplo os interesses econômicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais moderam o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

As políticas e a gestão do conhecimento tornaram-se agenda dos Estados contemporâneos demandados por uma economia política que tem o centro de suas decisões fora das nações. Essas demandas são feitas por grupos detentores de grandes capitais. Em cada nação, os interesses desses grupos terão embates (maiores ou menores) com a cultura, a história e a organização social de cada país. Mecanismos internacionais buscam garantir que as nações encontrem os seus meios para responder às suas exigências de modo a não se desviarem dos objetivos fundantes da economia-política neoliberal vigente, que rege as ações emanadas desses poderes (Ponce, 2018, p. 786).

A filósofa complementa que essas organizações buscam impor uma formação escolar voltada para o mercado e para a contenção social por meio de políticas pautadas por propostas internacionais de avaliação escolar cujos critérios não levam em consideração as habilidades e competências necessárias para o contexto de vida daquela população. Deste modo, os países não possuem autonomia, por conta do processo de financeirização da economia (Dowbor, 2017 *apud* Ponce, 2018).

A partir das análises anteriores, torna-se perceptível a necessidade de mudarmos a maneira como elaboramos nossos currículos escolares e universitários, com enfoque neste trabalho no âmbito dos currículos de filosofia, já que estes ainda buscam transmitir para os alunos e graduandos uma visão de mundo a qual se baseia exclusivamente em uma perspectiva hegemônica e excludente que necessita ser transformada.

1.1 O Cânone Filosófico

O cânone filosófico ocidental tradicionalmente conhecido na história da filosofia constitui um grupo de grandes autores que são os pilares para quase todas as discussões realizadas nas pesquisas e aulas de filosofia, desde a graduação e pós-graduação até a transmissão do conhecimento aprendido na universidade pelos professores de ensino básico. De acordo com a filósofa Nastassja Pugliese:

Tradicionalmente, os temas e problemas da história da filosofia são dados pela análise das questões tratadas em obras de uma série quase fechada de grandes autores. Estes autores, começando com os Pré-Socráticos, Platão e Aristóteles, passando pela filosofia medieval cristã, pela filosofia moderna iluminista e chegando à contemporaneidade, formam o que chamamos de cânone tradicional da filosofia ocidental (Pugliese, 2019, p. 4).

Ao observarmos a história da filosofia e seu cânone é possível notarmos que este se caracteriza pela presença de filosofias produzidas majoritariamente por homens brancos europeus ou estadunidenses. Tais características de gênero, raça e até mesmo classe social foram colocados como modelos para a história da

filosofia ocidental. Por meio desses padrões define-se quem pode ou não pode ser considerado um filósofo ou o que pode ou não ser reconhecido e considerado válido como atividade filosófica. Estes modelos definiram e ainda definem como a filosofia deve ser feita e organizada, quais métodos devem ser seguidos e como os materiais devem ser escritos.

De acordo com Maria José Vaz Pinto (2021, p. 27), o cânone e suas obras “clássicas” são resultado de “uma história seletiva da tradição”, que favoreceu determinados grupos enquanto silenciou e desumanizou outros. Deste modo, as diferenças existentes entre os diversos tipos de cultura, vivências e saberes presentes em um mundo plural, que estão em torno da produção de conhecimento e pensamento filosófico, são descartadas. Culminando na exclusão de todas aquelas pessoas cuja produção filosófica não seguiu esse padrão pré-definido, o que ocasiona uma intensa e persistente desigualdade de gênero e raça no âmbito da filosofia acadêmica e também no seu ensino, incluindo a graduação, pós-graduação e o ensino básico de filosofia.

Apesar de hoje ser possível confirmarmos que as mulheres sempre estiveram presentes na história da filosofia ocidental desde o seu princípio, já que Diótima de Manteneia e Aspásia de Mileto foram mentoras de Sócrates, peça chave para a filosofia ocidental. Sabemos que durante toda a história da filosofia houve a deslegitimação da capacidade de produção filosófica das mulheres e também das pessoas racializadas, o que tornou a desigualdade de gênero e raça um problema que ainda necessita ser superado na área da filosofia.

Em recente pesquisa publicada no site AdUFRJ, pudemos confirmar o perfil dominante dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Ana Beatriz e Silvana Sá (2023), redatoras do jornal AdUFRJ, “os professores da UFRJ são majoritariamente brancos, homens e moradores da Zona Sul carioca”³. A pesquisa nos mostra que dos 4,904 docentes 51% são homens e 49% mulheres. Quanto a etnia, foi possível observar que 79,26% dos docentes da universidade são

³ Área nobre da cidade do Rio de Janeiro.

brancos, 14,48% pardos, 4,45% são negros, 0,80% amarelos, 0,20% indígenas e 0,82% não informaram a etnia.

Quanto ao curso de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de acordo com o site do Instituto de Filosofia, atualizado em agosto de 2023, há 27 professores no departamento de filosofia da universidade, sendo 9 mulheres e 18 homens. Reforçando o perfil apontado pelo Raio-x dos docentes realizado pela própria universidade, o que demonstra que a desigualdade de gênero e raça persiste entre os docentes de filosofia.

O Censo Superior de Educação do ano de 2016 nos mostra que as mulheres negras eram menos de 3% das docentes em cursos de Pós-Graduação no Brasil, somando instituições públicas e privadas, como nos conta Sandra Suely Lurine Guimarães em sua análise:

Esse percentual, ínfimo, engloba as mulheres que se autodeclararam pretas e pardas. Entretanto, quando se considera os dados sobre as mulheres que se autodeclararam pretas, o universo é ainda menor, em torno de 0,4%. O mesmo Censo apontou que as mulheres brancas representavam 19% das docentes (Guimarães; Verbicaro, 2020, p. 1).

As pesquisas da filósofa Carolina Araújo publicadas em 2021 apontam que as mulheres são minoria dos alunos nos cursos de graduação em filosofia no Brasil, mesmo sendo maioria entre a população brasileira e também entre os estudantes de ensino superior em outros cursos, “somam algo em torno de 36% (trinta e seis por cento) na graduação dos cursos de Filosofia no Brasil e esse número diminui na medida em que vai avançando na carreira acadêmica” (Ferreira apud Araújo, 2021, p. 10). As mulheres são em média “30,6% dos mestrados, 26,98% dos doutorandos e 20,14% dos docentes de pós graduação” (Araújo, 2019, p. 13). “Em 2020, mulheres compunham apenas 28,9% dos corpos discentes de mestrados e doutorados em filosofia. Esse é novamente um dos maiores desequilíbrios de todo o sistema de pós-graduação brasileiro” (Moreira, 2023).

O desequilíbrio de gênero nos currículos e ementas disciplinares é tamanho que por diversas vezes ocorre o questionamento se as mulheres de fato fizeram

filosofia, questão que também pode ser estendida para as pessoas negras e indígenas, já que quase não acessamos suas filosofias através dos planos de curso e currículos, tanto nas universidades quanto nas escolas de ensino básico, pois esses se baseiam quase que exclusivamente no cânone filosófico ocidental. A filosofia pouco a pouco se tornou uma história de homens explicada por outros homens. Nos maiores clássicos sobre a história da filosofia ocidental utilizados no Brasil a presença das mulheres é escassa, nem mesmo as mulheres do Norte Global, que fazem parte de países historicamente privilegiados e hegemônicos, as quais possuem privilégios face às mulheres e homens de outros países, ganham destaque. A filósofa Yara Frateschi afirma que:

Nos livros de história da filosofia Ocidental mais usados no Brasil – de autoria de François Châtelet, Émile Brehier, Nicola Abbagnano, Giovanni Reale, Bertrand Russell, por exemplo – não encontramos filósofas, salvo raríssimas exceções, mas um seleto grupo masculino que nos acostumamos, desde a graduação em filosofia, a identificar com os grandes e verdadeiros filósofos de todos os tempos. Esses historiadores e tantos outros fecharam o cânon para as mulheres: para as filósofas da Grécia Antiga, para as filósofas da Idade Média, do Renascimento, da Modernidade, e também da Contemporaneidade. Às vezes encontramos uma ou duas estrelas solitárias (Frateschi, 2022, p. 29).

Hoje, sabemos que assim como as mulheres, as pessoas negras, mais especificamente africanas, sempre fizeram filosofia ao longo de todos estes séculos. Conforme afirma Molefi Kete Asante (2014), em seu artigo “Uma origem Africana da Filosofia: Mito ou Realidade?”, “A filosofia começa 2800 anos a.C. com pessoas de pele negra do Vale do Nilo, ou seja, 2200 anos antes do aparecimento de Tales de Mileto, considerado o primeiro filósofo ocidental” (Asante, 2014, p. 5)⁴. O filósofo também nos informa que a palavra ‘filosofia’ a qual é historicamente atribuída ao grego ‘philosophia’ (amante da sabedoria), na verdade tem sua origem na língua africana Mdu Ntr, utilizada no Egito Antigo. Nela é possível observar pela primeira vez o uso da palavra ‘seba’ em 2052 a.C., que significa ‘o sábio’. “Como para o filósofo, o amante da sabedoria, é precisamente aquilo que se entende por “Seba”, o Sábio, em escritos antigos de túmulos egípcios” (Asante, 2014, p. 03).

⁴ Apesar de não seguir a perspectiva de um nascimento africano da filosofia, os dados históricos são importantes para mostrar a existência destes filósofos, em contraposição à visão hegemônica difundida de um início da filosofia exclusivamente ocidental.

Neste mesmo artigo, Asante nos conta que já existiam sábios no Egito antigo que recebiam visitas de diversos gregos, que eram admirados por sua inteligência e ensino, que iam participar das tradições egípcias e estudar e copiar seus conhecimentos.

Os sacerdotes do antigo egito relatam em sua história, a partir dos registros dos livros sagrados, que foram visitados por Orfeu e Museu, Melampo, Dédalo, e, além desses, o poeta Homero, o espartano Licurgo, o ateniense Solon, Platão, o filósofo, Pitágoras de Samos, e o matemático Eudoxo, assim como Demócrito de Abdera e Enópides de Quios, também estiveram lá" (Asante, 2014, p. 03).

A escassez de pessoas negras na filosofia não se dá apenas na falta de filósofos e filósofas negras nos currículos e livros didáticos, mas também entre os alunos do curso de graduação em filosofia. De acordo com os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2014 “apenas 12,5% de estudantes de licenciatura e 9,4% de bacharelado eram negros em cursos de filosofia no Brasil” (Ramos. Silvana de Souza; et al. 2023, p. 42). Na pós graduação em filosofia no Brasil também podemos observar a vasta desigualdade racial, já que as pesquisas realizadas por Fernando de Sá Moreira (2023) confirmam que a área da pós graduação em filosofia no Brasil é a menos diversa dentre todas as outras das ciências humanas⁵, sendo constituída por 72,1% de alunos brancos, 20% de pardos e 7,9% pretos. Além de ser a área com menos pessoas negras, a pós-graduação em filosofia é também a que possui menos mulheres estudantes, como vimos nos dados anteriores.

Na área docente os dados demonstram que “apenas 16,4% dos docentes em todo o sistema de ensino superior brasileiro em 2018 eram negros (2% pretos e 14,4% pardos). Tais dados referem-se ao conjunto de docentes de todas as áreas de conhecimento.” (Rios; Mello, 2019 *apud* Moreira, 2023, p. 437). De acordo com Fernando de Sá Moreira (2023), apesar da imprecisão dos dados, é possível supor que os docentes negros em programas de pós graduação em filosofia no Brasil não cheguem a 16% do total.

⁵ Nesta pesquisa fazem parte das ciências humanas: Antropologia/arqueologia; Geografia; História; Educação; Sociologia; Ciências da religião e teologia; Ciência política e relações internacionais; Psicologia e Filosofia.

Ao acessarmos as informações acerca da presença das mulheres e de pessoas negras na filosofia desde o seu princípio, se torna inevitável nos questionarmos o porquê de essas pessoas, suas questões, teses e reflexões serem excluídas e apagadas continuamente da história e do ensino de filosofia, atribuindo a capacidade do fazer filosófico inicialmente apenas aos gregos e posteriormente apenas aos homens brancos europeus e estadunidenses. É necessária uma análise das causas de tanto silenciamento e apagamento no âmbito da filosofia e também o resgate dessas obras ocultas pelo cânone e seus definidores.

Em seu artigo, Nastassja Pugliese (2019) nos conta que a partir da percepção e constatação da escassez de determinadas minorias sociais, como as mulheres, os indígenas, os negros e pessoas não-europeias, há razões para que sejam aceitas as investigações acerca do tradicional e hegemônico cânone filosófico. A filósofa afirma que ao investigarmos as produções filosóficas dos autores e autoras excluídos do cânone, podemos notar que estas “mostram-se muitas vezes contraintuitivas, apresentando estilos de escrita alternativos, teses políticas subversivas e em desacordo tanto com as questões como com as hipóteses tradicionais” (Pugliese, 2019, p. 3).

É notável que tais produções não seguem o modelo moderno europeu, e por isso são desprezados e apagados pela tradição filosófica. Por este motivo, Nastassja também defende em seu artigo que há uma necessidade não só de ampliação do cânone filosófico, mas também do que caracteriza como é feita a própria atividade filosófica. Ademais, também se faz necessário introduzir novos questionamentos ao longo das aulas de filosofia, para que assim seja possível a inclusão de novas perspectivas filosóficas que possam abranger pessoas que não se encaixam no modelo pré-estabelecido como padrão e por isso são invalidadas.

A filósofa Yara Frateschi argumenta que, mais que promover uma inclusão de novos pensadores e pensadoras ao cânone e às suas exigências, é necessário dar voz às pessoas que foram excluídas exatamente por não se adequarem às questões e modelos as quais os definidores determinaram.

Não se trata apenas de incluir novos nomes que se adequem à visão consolidada do que é a verdadeira filosofia, mas de trazer das margens para o centro aquelas e aqueles que foram expulsos da história da filosofia por elegerem temas não considerados propriamente filosóficos, tanto pelos filósofos canonizados, quanto por aqueles que os canonizaram (Frateschi, 2022, p. 29).

Quando acessamos o espaço acadêmico das humanidades no geral, os autores clássicos estudados são majoritariamente de países da Europa e dos Estados Unidos, o que faz com que essas teorias sejam um tanto limitadas, pois são baseadas nas experiências, visões de mundo e sensibilidades sócio-históricas de homens que viveram em alguns países “centrais” (Grosfoguel, 2016).

A introdução de novas perspectivas nos estudos e ensino de filosofia se demonstra intensamente necessária, já que há hoje diversas questões que o cânone filosófico ocidental não é capaz de discutir, pois há vivências e situações às quais os autores clássicos não tiveram acesso, e por isso não produziram obras sobre. Portanto, há uma carência de alguns tipos de questionamentos e reflexões, que não foram pensadas pelos autores presentes no cânone filosófico ocidental pela diferença de perspectivas, vivências e localizações, a qual necessita ser suprida para que a filosofia não se torne uma área limitada e empobrecida epistemologicamente.

A pretensão é que o conhecimento produzido por homens desses cinco países tenha o mágico efeito de apresentar uma capacidade universal: suas teorias são supostamente suficientes para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo. Como resultado, nosso trabalho na universidade ocidentalizada é basicamente reduzido a aprender essas teorias oriundas da experiência e dos problemas de uma região particular do mundo, com suas dimensões espaciais/temporais muito particulares e “aplicá-las” em outras localizações geográficas, mesmo que as experiências espaciais/temporais destas sejam completamente diferentes daquelas citadas anteriormente (Grosfoguel, 2016, p. 27).

A ideia de que o conhecimento pode ser produzido de modo neutro, totalmente imparcial e não situado possui influência direta da filosofia cartesiana de Descartes. “A filosofia cartesiana assume a epistemologia do ponto zero, ou seja, um ponto de vista que não assume a si mesmo como ponto de vista” (Gomez, 2003 *apud* Grosfoguel, 2016, p. 30). A partir disso, criou-se o mito da egopolítica do

conhecimento, no qual existe um “eu” que produz conhecimento de um não lugar. De acordo com Grosfoguel, nas universidades ocidentalizadas o método cartesiano segue sendo modelo para validação da produção de conhecimento, tudo aquilo que se opõe a essa forma de produzir conhecimento é considerado inválido, inferior e irrelevante.

O mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionados por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016, p. 30).

Além da influência da filosofia cartesiana no mito da neutralidade epistêmica, a pretensão de divindade e universalidade desta filosofia foi precedida por 150 anos de invasão de territórios. Por este motivo, a pretensão de universalidade de Descartes, que se coloca no centro do mundo, ocorre porque de fato já conquistou o resto do mundo (Grosfoguel, 2016).

Segundo Dussel (2005), é o Ser imperial. O “eu conquisto”, que começou com a expansão colonial em 1492, é a fundação e a condição da possibilidade do “eu penso” idolátrico que seculariza todos os atributos do Deus cristão e substitui Deus como fundamento do conhecimento. Uma vez que os europeus conquistaram o mundo, assim o Deus do cristianismo se fez desejável como fundamento do conhecimento. Depois de conquistar o mundo, os homens europeus alcançaram qualidades “divinas” que lhes davam um privilégio epistemológico sobre os demais (Dussel, 2005 *apud* Grosfoguel, 2016, p. 31).

Ademais, Grosfoguel (2016) nos explica que no século XVII, ao escrever a famosa expressão “penso, logo existo” em Amsterdã, Descartes refletia o “senso comum” de sua época, em que a noção de “Eu” não incluía africanos, indígenas, muçulmanos, judeus ou mulheres, sejam elas ocidentais ou não. Esses grupos eram vistos como “inferiores” dentro da hierarquia de poder global, racial e patriarcal, e seu conhecimento era desvalorizado. No mundo moderno colonial, ocorre a junção entre as “conquistas”, mais conhecidas como invasões, de novos territórios e o extermínio dos povos nativos em conjunto com seus saberes por meio do racismo e do sexismo epistêmico. Segundo o sociólogo, o extermínio, tanto físico quanto

cognitivo, é a condição sócio-histórica estrutural que possibilita a universalidade do pensamento ocidental.

A condição da mulher na sociedade e sua natureza tiveram influência de discursos misóginos que diminuíram sua imagem e buscaram fundamentar a ideia de inferioridade feminina através de fatores biológicos. Por muitos anos, as mulheres tiveram suas capacidades cognitivas reduzidas pelos homens, inclusive pelos filósofos da época, os quais afirmavam que as mulheres não eram capazes de pensar racionalmente, de modo que tal atividade era atribuída apenas aos homens brancos. Logo, assim como afirma a filósofa Juliana Pacheco (2015), a filosofia, que por muitas vezes é colocada como algo neutro e que busca contemplar a “humanidade”, na verdade se demonstra pensada unicamente por homens brancos.

Como a atividade filosófica se caracterizava pelo pensamento necessariamente racional, as mulheres, os negros e todos aqueles que estão à margem da sociedade não seriam capazes de realizá-la, tendo suas produções excluídas e apagadas ao longo da história da filosofia, enquanto os homens brancos se mantinham como únicos detentores do poder, da racionalidade, da palavra e atividade filosófica, assegurando sua hegemonia. As consequências da negação por séculos da capacidade cognitiva dessas pessoas atreladas a outras opressões ainda são perceptíveis em nosso sistema de ensino e na área acadêmica.

A promulgação da lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de tradições africanas e indígenas no ensino básico, o qual abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Trazendo à tona a necessidade de formação universitária qualificada para o ensino desses conhecimentos, inclusive na área da filosofia, a fim de promover um ensino menos excludente e desigual para todos. Para tanto, se torna necessário pensarmos os currículos da graduação e pós-graduação fora da visão universalizante e tradicionalmente imposta pelo cânone eurocentrado.

A lei previamente citada trouxe um grande avanço para a luta de grupos antirracistas, pois esta buscou promover o debate e ampliação dos saberes, cultura

e história provenientes da África. Além disso, ela promove também uma mudança de perspectiva na abordagem da formação do nosso país.

O debate sobre os conteúdos que são trabalhados em sala, em uma perspectiva política, deve promover o conhecimento da cultura e da história africanas, oportunizando a apreensão de novos elementos formativos. A Lei 10.639/03 trouxe o desafio de imprimir uma nova demarcação à participação/contribuição do pensamento africano na articulação dos aspectos epistêmicos constitutivos do saber estabelecido nos espaços escolares/acadêmicos e fora deles (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 07).

A diretoria Anpof 2023/24 nos explica no artigo *“Alguns dados para pensar currículo e excelência na área de filosofia: por uma filosofia pluriversal”*, que a questão do grande desequilíbrio encontrado na área da filosofia é um ciclo, pois os alunos da graduação e pós-graduação são formados por meio de currículos exclusivamente eurocentrados ensinados por professores com o perfil dominante e com formação eurocentradas. Além disso, as bolsas de iniciação científica e os concursos para professores universitários em sua maioria possuem apenas áreas também eurocentradas, alimentando o foco exclusivamente em estudos que mantêm o cânone tradicionalmente imposto e dificultando a ampliação dos currículos para novas perspectivas.

Apesar dos esforços de alguns grupos de professores e alunos para que haja diferentes pesquisas e perspectivas que incluam mulheres, povos originários e pessoas negras, a estrutura dos currículos ainda permanece a mesma, pois necessita de um trabalho de desconstrução e reformulação em várias áreas do ensino ao mesmo tempo.

Com efeito, uma vez que o currículo nas graduações de filosofia não acompanhou a crescente luta social por efetiva inclusão nas universidades (incluindo a produção diversificada e qualificada de conhecimento), se interditam novos caminhos para o prosseguimento de estudos e inserção de pesquisas, viciando a formação superior, ao se perpetuar certas tradições filosóficas em detrimento de outras (Diretoria ANPOF, 2023).

Ainda no artigo publicado pela Diretoria Anpof, foi realizada uma pesquisa para coleta de dados de disciplinas com temas não eurocentrados no currículo de filosofia na pós-graduação e graduação no Brasil. Os temas escolhidos para a

pesquisa foram: filosofia/pensamento africano e afrodiaspórico (em particular, afrobrasileiro); filosofia/pensamento ameríndio; filosofia e raça; filosofia e gênero; filosofia brasileira/no Brasil; filosofia/pensamento de(s)/pós/colonial.

Na pós graduação acadêmica das 1586 disciplinas ofertadas foi encontrada apenas uma disciplina cujo tema não apresenta uma perspectiva eurocentrada no curso de mestrado da Universidade Federal de Rondônia com o título “O colonialismo como teoria da modernidade: para a construção de uma teoria da modernidade desde e pelas periferias”.

Já na graduação, os pesquisadores consideraram para a coleta de dados apenas os cursos que também possuem pós-graduação acadêmica e que possuem o curso de licenciatura. Neste âmbito foram encontradas 194 disciplinas com ensinamentos não eurocentradas das 6252 disciplinas encontradas. Além disso, os autores explicam que a presença de disciplinas com perspectivas diferentes das impostas pelo cânone se concentra nas disciplinas optativas/complementares e não nas obrigatórias, sendo apenas 54 disciplinas obrigatórias e 140 optativas.

Os autores também consideram que é possível que as disciplinas com temas relativos à filosofia/pensamento africano e afrodiaspórico, filosofia/pensamento ameríndio, filosofia e raça, filosofia e gênero, filosofia brasileira/no Brasil, filosofia/pensamento de(s)/pós/colonial, podem entrar nas ementas em disciplinas que possuem outro “rótulo”, tais como: “Ética”, “Estética” “Filosofia social e política”, “Metafísica”, “Teoria do conhecimento”, “História da filosofia”, “Filosofia da linguagem”. Todavia, de acordo com os autores:

Isso não deixa de reforçar o problema que é precisamente a falta de disciplinas com denominações explícitas – sublinhando que as divisões canônicas entre os âmbitos disciplinares também são oriundas da tradição hegemônica que mantém o currículo eurocentrado. Não adianta a ação de um ou uma colega isoladamente sem a mudança da estrutura (Diretoria ANPOF, 2023).

Por fim, ainda dentro deste ciclo de apagamento e desigualdades no ensino de filosofia, há a questão dos concursos para docentes, pois estes acabam por refletir a tradição hegemônica, o que de acordo com a Diretoria ANPOF (2023) faz

com que haja ainda menos possibilidades de epistemologias não eurocentradas entrarem para o cenário filosófico brasileiro definitivamente.

Se consideramos, por exemplo, os programas ou pontos dos concursos para cargo de professor/a de magistério superior em departamentos de filosofia de Universidades Federais divulgados no Boletim ANPOF[2], percebemos que poucos pontos de provas escritas e de provas didáticas contemplam explicitamente os ensinamentos de epistemologias não centradas no Norte Global. Chegamos ao número de 6 de 300, o que correspondentes a 2% dos pontos de concurso. Além disso, fica muito evidente que a grande maioria dos pontos de prova escrita/didática não são, tendencialmente, pontos formulados a partir das questões especificamente brasileiras, de raça, gênero, e a partir do pensamento de(s)colonial ou pós-colonial e das tradições de pensamento africana e afrodiaspórica (em particular, afrobrasileira) ou ameríndia (Diretoria ANPOF, 2023).

A grande lacuna existente nos currículos de filosofia nos diversos níveis de ensino necessita que haja uma reformulação nestes. Entretanto, para isso é importante que novos docentes sejam contratados por meio dos concursos pelas instituições de ensino para promover a pluralidade no quadro de docentes atual, o qual vimos ser ainda extremamente masculinizado e embranquecido. Também é necessária a criação de vagas específicas em disciplinas com temas que atendam aos conhecimentos historicamente negligenciados e apagados pelo cânone filosófico previamente citados neste trabalho, a fim de introduzir novas perspectivas em sala de aula e promover a disseminação e ensino desses conhecimentos excluídos ao longo da história da filosofia, para que a formação dos novos docentes não permaneça com tamanho desequilíbrio entre os conhecimentos tradicionalmente hegemônicos e os não hegemônicos.

“É preciso dilatar o sentido da filosofia para que ela deixe de orbitar em torno do mesmo eixo como se nada que estivesse fora da tradição ocidental merecesse estar em condições paritárias e, por conseguinte, ser ensinado como uma epistemologia de relevo como as demais” (Diretoria ANPOF, 2023).

Ademais, é necessário que haja educação de qualidade para que as minorias que estão em vulnerabilidade consigam acessar mais e mais o espaço acadêmico de filosofia.

1.2 As Filósofas, as Pessoas Racializadas e os Livros Didáticos de Filosofia

No que tange o âmbito escolar, os livros didáticos são de grande importância, pois em grande parte das escolas, a depender das condições financeiras e dos recursos ofertados, este é o único material pedagógico adquirido. É por meio dele que muitos professores elaboram suas aulas ao longo do período letivo e pode ser o primeiro ou único contato que os alunos possuem com a filosofia e os textos filosóficos, já que nem sempre é possível para o professor elaborar materiais extras e ofertar para as turmas.

Os livros didáticos também são responsáveis por fomentar a criação de esferas de diálogos, interpretações e compreensão do que é filosofia e do filosofar no ensino médio. Sendo assim, é de grande importância que o livro didático proporcione a construção de narrativas e conhecimentos que, não só conscientizem os alunos, mas que ajam como um inibidor do avanço das desigualdades, preconceitos e violências vivenciados em nossa sociedade (Ferreira, Soraia; Ferreira, Amauri, 2022). Tendo em vista que a educação possui um grande papel de mudança da sociedade e de desconstrução de preconceitos.

Atualmente, para as escolas públicas participantes, os livros didáticos não são mais exclusivamente da disciplina filosofia, mas sim humanidades, o qual reúne as ciências humanas e sociais em conjunto com outras disciplinas. Anteriormente à reforma do Novo ensino médio, havia livros exclusivamente para a disciplina de filosofia, os quais também eram selecionados através do Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD. O qual se trata de uma iniciativa do Governo Federal para efetuar a compra de obras didáticas para serem distribuídas nas escolas públicas federais, estaduais e municipais que aderiram ao PNLD (PNLD, 2018, p. 06). A seleção mais recente que continha livros de filosofia ocorreu em 2018 e muitos professores de filosofia ainda utilizam esse material para elaborarem suas aulas, tendo em vista que por ser dedicado apenas para a disciplina de filosofia este era mais completo que o material ofertado atualmente. No ano de 2018 os critérios de avaliação para os livros selecionados foram:

(A) A obediência “à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio” – nesse caso à Constituição Federal e às Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e suas legislações complementares; (B) a “observância de princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”, não deixando qualquer margem para a veiculação de estereótipos e preconceitos, a doutrinação religiosa e a promoção de marcas, produtos ou serviços comerciais (PNLD, 2018, p. 13)

No Programa Nacional do Livro Didático 2018, oito livros de filosofia foram aprovados, tendo participação direta dos professores das escolas participantes em suas escolhas, foram eles: Filosofia e Filosofias - Existência e Sentidos de Juvenal Savian Filho; Filosofia - Experiência do Pensamento de Sílvio Gallo; Reflexões: Filosofia e Cotidiano de José Antonio Vasconcelos; Filosofia: Temas e Percursos de João Vergílio Cuter, Luiz Repa, Marcos Valentim, Paulo Vieira Neto, Roberto Bolzani Filho e Vinicius de Figueiredo; Fundamentos de Filosofia, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes; Iniciação à Filosofia de Marilena Chauí; Filosofando - Introdução à Filosofia de Maria Helena Pires Martins e Maria Lúcia de Arruda Aranha; e Diálogo: Primeiros Estudos em Filosofia de Ricardo Melani (Araújo, Iron. 2019).

Em sua dissertação de mestrado (2019), Iron Mendes de Araújo analisou quatro dos oito livros didáticos aprovados pelo PNLD 2018, utilizando como critério de escolha os livros didáticos de filosofia mais utilizados nas escolas públicas do país. Os escolhidos para a pesquisa foram: “Iniciação à Filosofia” de Marilena Chauí; “Filosofia: Experiência do Pensamento” de Sílvio Gallo; “Filosofando: Introdução à Filosofia” de Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins e por fim “Filosofia e Filosofias: Existência e Sentidos”.

Antes mesmo de realizar as análises quantitativas de filósofas presentes nos livros didáticos de filosofia aprovados pelo PNLD e selecionados pelos professores, o guia de livros didáticos fornecido pelo ministério da educação já antecipa que “uma maior visibilidade da contribuição das mulheres ao longo da tradição exigirá de vocês um trabalho transversal e de complementação de textos (PNLD – Filosofia, 2018, p. 19). Ou seja, os livros didáticos aprovados não apresentam quantidade suficiente de conteúdos filosóficos produzidos por mulheres ao longo da história da

filosofia, sendo necessário uso de material didático complementar caso os professores e professoras queiram utilizar tais conteúdos em sala de aula.

Tal atitude demonstra como o clássico cânone filosófico ocupa os espaços nas diversas áreas de atuação da filosofia, tornando as obras de filósofas menos acessíveis e menos importantes, já que todas as questões filosóficas mais importantes já foram pensadas pelos homens brancos definidos como clássicos. Caso os professores não possuam formação acerca das mulheres filósofas ou não tenham tempo e recurso de elaborar materiais extras para as próprias turmas, esses alunos não terão acesso a esses conteúdos. O que torna permanente no imaginário popular e não especializado a ideia de que a filosofia não é para as mulheres, ou que as mulheres produziram apenas teses para pensar o feminismo e não as diversas áreas da filosofia.

No livro “Filosofia e Filosofias – Existência e Sentidos” do autor Juvenal Savian Filho, há um total de onze filósofas. Sendo estas Edith Stein; Gilda de Mello e Souza; Hannah Arendt; Heloísa; Hildegarda de Bingen; Iris Murdoch; Judith Butler; Julia Kristeva; Rosa Luxemburgo; Simone de Beauvoir e Simone Weil. Neste livro não há nenhuma filósofa negra. No total há cento e sessenta e nove filósofos para onze filósofas, ou seja, o livro apresenta teorias produzidas 93,50% por homens, enquanto as mulheres são 6,50% dos presentes. São 15,3 filósofos para cada filósofa citada (Araújo, Iron. 2019).

O livro “Filosofando – Introdução à Filosofia” das autoras Maria Helena Pires Martins e Maria Lúcia de Arruda Aranha possui um total de oito filósofas. São essas: Adela Cortina; Hannah Arendt; Harriet Taylor; Maria Victória B. Soares; Marilena Chauí; Olgária Matos; Scarlett Marton e Simone de Beauvoir. Neste livro não há filósofas negras. Os números demonstram que são citados duzentos filósofos e oito filósofas, apresentando um percentual de 96% para 4% respectivamente. Nesta obra uma mulher é citada a cada 25 homens (Araújo, Iron. 2019).

No livro “Filosofia: Experiência do pensamento” do autor Silvio Gallo, foram encontrados cento e treze filósofos e seis filósofas. São elas: Agnes Heller; Hannah Arendt; Hipátia de Alexandria; Isabelle Stengers; Jacqueline Russ e Simone de

Beauvoir. No livro de Sílvio Gallo há uma filósofa negra. No total há 94,70% de pensadores para 5,30% de pensadoras, ou seja, a cada 18,8 filósofos temos uma mulher.

No livro “Iniciação à Filosofia” de Marilena Chauí, foram encontradas cinco filósofas. Sendo estas: Catarina de Siena; Hannah Arendt; Hipátia de Alexandria; Lídia Maria Rodrigo e Simone de Beauvoir. Enquanto isso, os filósofos somam um total de cento e cinquenta. São 96,67% de homens filósofos para 3,33% de mulheres filósofas. Além disso, é possível observarmos que no livro de Marilena Chauí há apenas uma filósofa negra. Todavia, Iron M. de Araújo nos conta que:

No livro didático “Iniciação à Filosofia” de Chauí (2016), Hipátia, filósofa da antiguidade romana, é citada de forma bastante secundária, tendo em vista que ela aparece apenas a partir da indicação do filme espanhol de 2009 do diretor Alejandro Amenábar que conta a sua história cujo nome é Alexandria (Araújo, Iron. 2019, p. 51.)

Ao somarmos os números dos quatro livros didáticos de filosofia temos 632 filósofos e 30 filósofas. Logo, é perceptível a extrema desigualdade de gênero presente nos livros didáticos de filosofia do ensino médio, o que reforça e alimenta a equivocada ideia de que as mulheres não produziram filosofia e que o âmbito filosófico é algo apenas masculino (e branco). Ademais, ao analisarmos as poucas mulheres que foram selecionadas para estarem presentes nos livros didáticos de filosofia, é notável que as mulheres racializadas sofrem um apagamento ainda maior, já que sua presença é praticamente nula nos materiais didáticos selecionados na pesquisa de Iron Araújo (2019).

No artigo “*Os livros de filosofia do PNLD/2018 e a lei 10.639/03: reflexões sobre a diversidade étnico-racial no material didático de filosofia no Ensino Médio*”, Soraia Aparecida Belton Ferreira e Amauri Carlos Ferreira (2022) realizaram uma pesquisa acerca da presença dos estudos da cultura, história e arte da África e dos afrodescendentes para além da perspectiva escravista, de acordo com a determinação da Lei 10.639/03 nos oito livros didáticos de filosofia sugeridos pelo Ministério da Educação por meio do PNLD 2018. Os dados averiguados buscaram também a presença/ausência da temática da diversidade étnico-racial.

Em sua pesquisa, os autores observaram que, nos livros didáticos de filosofia analisados há uma hegemonia da perspectiva eurocêntrica da filosofia. “Os livros de filosofia do PNLD/2018 traçam uma demarcação da filosofia como um “produto”, um modo de pensar vinculado, quase exclusivamente, aos gregos. Ou seja, há a constatação nos livros didáticos de que a filosofia tem sua origem na Grécia” (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 17).

Além disso, após a análise dos livros selecionados, concluíram que:

Embora a Lei 10.639/03 tenha sido incorporada à LDB/1988, a abordagem da temática da diversidade étnico-racial e os elementos vinculados a ela estão ausentes em quase todas as obras de filosofia escolhidas pelo PNLD em geral. Essa constatação também foi feita em relação à análise dos livros didáticos de filosofia do PNLD/2015 (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 17 2022, p. 18).

Os autores também constataram a ausência do uso das palavras raça, negro e África, além da temática de diversidade étnico-racial. “Nas poucas vezes em que aparecem os vocábulos Negro e África (com suas variações) a apresentação se deu sob o prisma da invisibilização do negro e sua cultura” (*Ibidem*). Foi realizada uma contagem das palavras Negro, Raça, África e Escravo nos 8 livros de filosofia selecionados pelo PNLD 2018. Os resultados obtidos apontaram que a palavra escravo e suas variações apareceu com uma frequência relativamente alta nos livros, porém a utilização do termo não estava ligada a questão de emancipação do negro. Além disso, foi constatada uma baixa presença das palavras África, negro, e raça, o que, de acordo com os autores pode indicar uma invisibilização dos temas relacionados ao racismo nos livros didáticos (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 21).

A quase inexistência da temática da diversidade étnico-racial nos livros de filosofia demonstra a lacuna presente nas produções editoriais e acadêmicas de obras capazes de fomentar o reposicionamento dos olhares/questionamentos /estudos sobre o negro e sua presença na sociedade brasileira (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 21).

Outrossim, para além das questões que abrangem a diversidade étnico-racial e o racismo, também é necessária a presença das pessoas racializadas como produtores de conhecimentos filosóficos. Assim como as mulheres devem estar

presentes nos conteúdos dos livros didáticos e das aulas de filosofia para além da questão da opressão da mulher e do feminismo. Todavia, a realidade que observamos demonstra a ausência de mulheres, tanto brancas quanto não brancas, de pessoas racializadas e de questões relacionadas ao racismo e diversidade étnico-racial. O que demonstra, empiricamente, uma invisibilização de todas as pessoas que não sejam os filósofos homens brancos cis e seus temas tidos como tradicionais para a história da filosofia.

Na construção de novos processos “indagativos”, é possível estabelecer uma (re)leitura da formação/configuração do conhecimento ocidental e, por conseguinte, da própria cultura brasileira. Cabe destacar que os parâmetros teórico-metodológicos que embasam o estabelecimento do saber científico no Brasil se ordenam pelo viés do pensamento europeu. Daí torna-se ímpar desvelar nos discursos hegemônicos do pensamento filosófico cuja matriz epistemológica é direcionada pelo viés eurocêntrico, o caráter excludente discriminador dessa abordagem frente aos conhecimentos de outras matrizes (Ferreira; Ferreira, 2022, p. 06).

Assim, a filosofia é afastada destas pessoas, o que cria um sistema de apagamento que se retroalimenta continuamente, já que o apagamento epistêmico sofrido por essas pessoas ocasiona uma falta de representatividade, o que pode ser um fator essencial para o afastamento das mulheres e também das pessoas racializadas na filosofia, pois como pudemos observar no início deste capítulo, as mulheres e os negros também são minoria na graduação e pós graduação de filosofia, mesmo sendo maioria na sociedade brasileira. Mais do que observar e falar sobre estas desigualdades é necessário nos questionarmos o porquê. Buscar as causas que culminaram em tamanho apagamento, para que assim seja possível desconstruí-las e proporcionar mudanças efetivas na sociedade em que vivemos.

Ao questionarmos o porquê das filósofas, dos negros e todos aqueles deixados à margem do cânone filosófico terem sido excluídos, é comum nos depararmos com a justificativa de que as obras elaboradas por estas pessoas não são elevadas o suficiente e seus temas não são “propriamente filosóficos”. “O cânon seria o lugar dos clássicos e os clássicos são grandes autores, que escreveram obras monumentais sobre questões atemporais, e tão excepcionais a ponto de resistirem à passagem do tempo, sendo relevantes ainda no presente” (Frateschi,

2022, p. 30). É inegável que de fato “a capacidade de escrever sobre o que transcende circunstâncias pontuais e teima em causar inquietação nos seres humanos de diferentes tempos e lugares” (*Ibidem*) é algo admirável. Todavia, é preciso nos atentarmos ao fato de que todos estes autores considerados clássicos possuem, em grande maioria, a mesma origem, cor e gênero. O que precisaria ser considerado desprezível para validar o argumento de superioridade intelectual e relevância dos clássicos.

Assim como é preciso tornar irrelevante o fato também incontestável de que os historiadores da filosofia – peças-chave nos processos de construção do cânon – compartilham com as mentes que elegem como grandes os mesmos marcadores sociais, salvo raríssimas exceções (Frateschi, 2022, p. 30).

A funcionalidade do argumento previamente explicitado, só será válida se pudermos comprovar que o gênero, raça e origem dos filósofos e historiadores da filosofia não possuem influência na hegemonia masculina e branca na filosofia. Quando introduzimos as questões de raça e gênero para analisarmos estes argumentos, “começamos a questionar se a consagrada grandeza dessas mentes não teria alguma coisa a ver com elementos não propriamente filosóficos, mas políticos, culturais ou sociológicos” (*Ibidem*, p. 31). Logo, é necessário analisarmos como a exclusão de todos aqueles que não eram homens brancos e europeus ou estadunidenses do cânone foi construída histórica, política e socialmente por meio de discursos, leis, preconceitos e invisibilização, e não por falta de capacidade cognitiva.

A construção do cânone filosófico não envolve apenas questões filosóficas, como muitos podem defender. Não há neutralidade em sua criação, pois assim como qualquer outro processo histórico, “este também está situado no tempo e no espaço, permeado por questões políticas, sociais e culturais” (Frateschi, 2022, p. 31). De acordo com Frateschi, é necessário abandonarmos a ficção que as experiências dos filósofos não influenciaram suas filosofias, pois para que haja um alargamento do cânone é necessário abrir mão da metodologia que separa a obra do autor.

O filósofo Renato Noguera (2014) também defende a ideia de que é necessário analisarmos criticamente o “sistema de posições e lugares geopolíticos da produção filosófica”, é importante questionarmos a invisibilização dos lugares histórico e político nos quais estes conhecimentos foram construídos e também a “pressuposição de neutralidade de um sujeito universal”. O filósofo, em conformidade com a filosofia de Grosfoguel, afirma que ao analisarmos a relação entre filosofia e geopolítica se torna possível associar o “lugar epistêmico étnico-racial, de gênero, espiritual, sexual, geográfico, histórico e social com o sujeito do enunciado desfazendo a noção de que o discurso filosófico brota de uma “razão universal” imersa num campo neutro de forças” (Noguera, 2014, p. 22). Para ele, quando saímos da perspectiva de um campo neutro é possível avaliar de maneira diferente o “sujeito” que produz filosofia. Noguera, complementa que a filosofia ocidental é vista como universal por se tratar diretamente do homem. “Esse homem é ocidental, branco, civilizado, adulto, heterossexual, culturalmente cristão; ainda que seja “ateu”, o “sujeito universal” e porta-voz da filosofia ocidental” (*ibidem*).

O filósofo Santiago Castro-Gómez (2005, *apud* NOGUERA, 2014), também desenvolveu uma objeção plausível para a universalidade da filosofia ocidental, pois para ele, o conhecimento é um elemento essencial na disputa e manutenção da hegemonia. Logo, ao estabelecer o discurso filosófico ocidental como modelo e régua privilegiada do pensamento instaura-se uma desigualdade epistemológica. Tal injustiça cognitiva é responsável pela criação de escalas e classes no âmbito do pensamento filosófico, de forma a designar o que seria mais sofisticado e o que seria considerado rústico, tendo este último menor valor acadêmico e intelectual. “Essa injustiça cognitiva é capaz de definir status, formar opinião e excluir uma quantidade indefinida de trabalhos intelectuais” (Noguera, 2014, p. 22).

2. A INFERIORIZAÇÃO DA MULHER E A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA FILOSOFIA

Desde o princípio da filosofia ocidental os filósofos buscavam refletir acerca das mulheres e sua natureza e condição. É perceptível que os grandes filósofos de cada período histórico, em sua maioria, propagaram ideias negativas acerca das mulheres, tanto em suas habilidades cognitivas quanto nas habilidades físicas. Atualmente, algumas dessas “opiniões” emitidas pelos filósofos ao longo da história podem ser categorizadas como opiniões misóginas. Tais opiniões na verdade tiveram grande impacto na vida das mulheres, servindo de justificativas para o sexismo e desencadeando desigualdades.

Ao olharmos para a história da filosofia ocidental, é notável que as diversas opressões que as mulheres sofreram e ainda sofrem na sociedade também partiram dos próprios filósofos, através da criação e manutenção de teses que refletem uma imagem sempre negativa e inferiorizada da mulher e do feminino nos diversos âmbitos da vida. Teses que justificavam a desigualdade e negação de direitos às mulheres perante ao patriarcado branco. Tais atitudes opressoras atreladas ao apagamento das mulheres ao longo da história da filosofia distanciaram e ainda distanciam este campo do saber de nós mulheres, perpetuando uma filosofia masculinizada, além de embranquecida e elitista. A filósofa moçambicana Rosa Mechiço afirma que:

Embora a filosofia se apresente como um pensamento sem gênero (gênero enquanto conceito e categoria que nas ciências sociais é usada para a elaboração, estruturação e análise sócio histórica das identidades masculina-homem e feminina-mulher), desde cedo escolheu um gênero, no caso o masculino. O homem colocou-se no centro e colocou a mulher na periferia (MECHIÇO, 2020, p. 103)

Aristóteles, considerado um dos filósofos antigos mais importantes para a história da filosofia, argumentava que no plano metafísico o masculino e o feminino se opõem dentro de uma mesma espécie, sendo o feminino a privação do masculino (Pacheco, 2015). Ademais, para ele as mulheres eram inferiores aos homens no

âmbito cognitivo e ético-político, devido às diferenças biológicas e sua contribuição desigual para a geração dos filhos (Pinto, 2021).

Aristóteles atribui-lhes uma inferioridade que se manifesta na desigualdade das capacidades cognitivas e no domínio da ação. As mulheres não ultrapassam o plano das opiniões e mostram menor aptidão no domínio da sabedoria prática. Na realidade, embora sejam capazes de deliberar, não têm autoridade nas decisões que assumem, dada a facilidade com que se deixam guiar, e dominar, pelas emoções e pelos sentimentos (Pinto, 2021, p. 34).

O filósofo também afirma em sua obra que o papel social da mulher é positivo apenas na esfera da vida doméstica, no qual demonstra qualidade para gerir a economia da casa e as relações familiares privadas. Para ele, cabe à mulher obedecer ao homem e não ter acesso à cidadania plena e nem a maturidade no âmbito da moralidade, pois tais limitações tornam as mulheres formas imperfeitas de humanidade (*Ibidem*).

O filósofo Baruch Spinoza, já na modernidade, exclui as mulheres de uma possível participação ativa no regime democrático, ainda que empenhado na defesa dos direitos civis e políticos. Para ele, as mulheres, os servos, as crianças e os criminosos não podem participar ativamente da democracia.

Quando vemos o modo como justifica tal rejeição,... para ele, não é pelo costume ("ex instituto") que se nega tal direito, mas sim "ex natura". Os homens não apreciam as mulheres pela inteligência ou pela virtude, mas pela beleza. Tirante as ilações éticas e políticas dessa tese, somos obrigados a concluir com o filósofo que, na medida em que desencadeiam paixões, as mulheres são desestabilizadoras, justificando-se, desse modo, sua supressão enquanto membros ativos num processo democrático (Ferreira, 2021, p. 127).

Posteriormente, o filósofo Jean-Jacques Rousseau, de acordo com Fernanda Henriques (2021), contribuiu de forma ativa para a exclusão das mulheres da cidadania na sociedade ocidental moderna com a criação de sua base teórica. Segundo Rousseau, a razão da mulher é apenas uma razão prática e não plena como a dos homens, sendo essa útil para a vida doméstica e nunca para a vida pública em sociedade. A razão prática atribuída às mulheres serve exclusivamente para "resolver os problemas domésticos, ligados ao governo da casa, ao cuidado

dos filhos e à moral, porque tudo isso depende, unicamente, da aquisição de um saber que não é um saber teórico, e sim um saber fazer” (Henriques, 2021, p. 195). Ademais, para o filósofo as mulheres são sempre definidas em relação aos homens e nunca por si mesmas, a mulher pode ser amante, esposa ou mãe, mas nunca um ser que valha por si mesmo e tenha sua individualidade.

Para Rousseau (...), o funcionamento racional é sexuado, sendo a razão feminina uma meia razão, uma razão simplesmente prática, que jamais permitirá o acesso ao conhecimento teórico ou ao pensamento especulativo. A natureza racional das mulheres só as capacita para as questões morais e nunca para a aprendizagem das ciências ou da filosofia (Henriques, 2021, p. 202).

Além disso, Rousseau afirma que as mulheres “são fisicamente menos fortes que os homens” e que “elas têm a seu cargo a produção de crianças e esse ‘trabalho’ limita sua independência” (Pacheco, 2015, p. 19). Quanto à educação das mulheres, o filósofo argumenta que “toda a educação das mulheres deve estar limitada a seus deveres para com os homens, “agrada-lhes, sê-lhes úteis, fazer-se amar e honrar por eles” (...) “aconselhar, consolar, fazer-lhes a vida agradável e doce”. Criar-lhes os filhos e cuidar-lhes quando idosos” (*apud* Mechiço, 2020, p. 104). Ou seja, há uma total inferiorização cognitiva e física da mulher para que essa desenvolva apenas o conhecimento que esteja ligado ao ambiente doméstico e nada mais.

Ainda na modernidade, o filósofo alemão Immanuel Kant também utilizou a natureza e a “essência feminina” para reiterar o pensamento de Rousseau de que as mulheres possuem o papel de serem civilizadoras do homem, tendo como tarefa polir a maneira de ser masculina. O filósofo também afirma que “a racionalidade na mulher existe de maneira menor em relação ao homem” (Pacheco, 2015, p. 19) e que “infelizmente, nenhuma mulher é capaz de um julgamento moral, porquanto é a sua doçura e o encanto que lhe permite civilizar, o que de forma alguma garante-lhe a possibilidade de vir a alcançar a autonomia” (Mechiço, 2020, p. 104). Deste modo, cabe às mulheres aprender as regras e deixar-se serem guiadas por elas.

Com efeito, o que se pode observar é uma incontestável contradição diante de grandes afirmações vindas de dois expoentes da Filosofia, Rousseau e

Kant. Enquanto ambos, categoricamente, por um lado, afirmam a igualdade de todos os homens, portanto seres humanos (homens e mulheres) e o seu direito à autonomia, por outro lado, também de modo categórico, afirmam que as mulheres devem estar submetidas e tuteladas pelos homens (Mechiço, 2020, p. 105).

Como pudemos observar, os próprios filósofos que hoje são definidos como ‘os grandes nomes’ do cânone filosófico são em grande parte responsáveis pela propagação e manutenção de uma imagem negativa e desqualificada da mulher através de suas filosofias que, por diversas vezes, foram estabelecidas como neutras e baseadas em “conceitos universais”. O que impediu que as mulheres tivessem participação ativa nas atividades filosóficas amplamente reconhecidas e deslegitimou a produção intelectual feita por mulheres, com a justificativa de que estas não possuíam capacidade racional e intelectual. Ocasionalmente um silenciamento de suas vozes por séculos. O que foi um dos pilares para a vasta desigualdade de gênero no campo do saber filosófico.

Todavia, os pensamentos misóginos são anteriores aos pensamentos citados pelos filósofos acima. De acordo com Maria José Ferreira Lopes (2012), a palavra misoginia, tem origem no grego *μισογυνία*, e foi introduzida pelo filósofo estóico Antípatro de Tarso para denominar o ódio, desagrado e desconfiança pelas mulheres. Lopes afirma que foi na Grécia Antiga que os pontos elementares da imagem negativa da mulher se estabeleceram primeiramente, baseados na razão e na emergente ciência.

Assim, a mulher foi caracterizada como uma “criatura frágil, irracional, luxuriosa, instável, perversa e ignorante” (Lopes, 2012, p. 491). Tal discurso teve continuidade através dos romanos e foi fortalecido pelas religiões judaico-cristãs. A autora afirma ainda, que a história da misoginia é também uma herança cultural e da palavra escrita, já que essa última era de domínio exclusivamente masculino. Por este motivo a palavra se tornou um inimigo da mulher, pois esta era silenciada por imposição e também por falta de cultura. Através das figuras míticas de Eva e Pandora se exemplifica a influência da misoginia no mundo judaico-cristão e no mundo clássico.

Homero, designado como o primeiro autor grego conhecido escrevia sobre a Grécia Micênica, e através de suas escrituras, não foi possível notar a presença da misoginia. Em seus escritos o homem e a mulher possuem igualdade, já que ambos são como “brinquedos” para as vontades dos deuses, pois não havia separação entre mortais e imortais. Apesar disso, as mulheres são descritas como frágeis e impotentes em comparação com a brutalidade dos heróis gregos. Todavia, Homero descreve os excessos masculinos tanto quanto as virtudes e encantos femininos. Nos escritos de Homero, as mulheres não são criticadas abertamente, mesmo quando a personagem se mostra aparentemente culpada (Lopes, 2012).

Assim, na Odisséia, Penélope simboliza, além da beleza, ciência doméstica e fidelidade, a sensatez absoluta e uma inteligência que chega à astúcia, como admite o pérfido Antínoo (II, 115); e na Ilíada, Andrômaca, por exemplo, protagoniza as primeiras representações do afecto e da dor humana mais profunda (VI, 407 -413 e 429 -430) (Lopes, 2012, p. 492).

Posteriormente, os mitos criados por Homero foram alterados e interpretados por outras visões. Os poetas subsequentes criaram versões que vão de acordo com o gosto e questões pertinentes ao seu tempo, algumas personagens Homéricas passaram a ter juízos desfavoráveis, enquanto os personagens masculinos possuem visões mais machistas que o original. Lopes (2012, p. 492), afirma que “entre o séc. VIII e o VII a. C., ocorreram na sociedade grega mudanças profundas que levaram a um afastamento radical do mundo de Ulisses: deixará de ser possível ir para a guerra por causa de uma mulher”. A autora defende que Hesíodo foi o grande proclamador da mudança, pois ele “recusava a sociedade aristocrática e heróica de Homero” (*Ibidem*). Inicia-se um receio masculino face ao poder feminino e o fascínio que estas exercem sobre a razão e a força, descrito nos poemas homéricos. O poeta passa então a descrever a mulher como ‘um belo mal disfarçado de bem’ e a atribuir características negativas à imagem feminina.

O poeta verbaliza este medo algo inconscientemente: além de caracterizar as mulheres como desavergonhadas, manipuladoras, mentirosas, interesseiras e curiosas – zângãos predatórios que atormentam o laborioso e sofredor abelha-homem (Teogonia, 590-595) –, apresenta-as como irresistivelmente sedutoras, pela beleza, ornamentos e palavra, para o indefeso homem (Teogonia, 585 -589). E tem uma justificação imbatível: tal poder foi-lhes dado pelos deuses (Lopes, 2012, p. 493).

O prestigiado poeta Hesíodo foi o autor de um mito acerca da criação da mulher, e para que esta fosse diferenciada do homem foi descrita como um ser de outra raça. Além disso, Hesíodo também foi o responsável por subverter mitos antigos de caráter matriarcal, como o mito de Pandora, atribuindo a ela a responsabilidade por todo o sofrimento humano. “Na Grécia, os mitos contavam que, devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça”, afirma a filósofa Alicia Puleo (2004, p.1). Como castigo pelo engano produzido pelas “palavras sedutoras” e “mentiras” de Pandora, foi-lhe imposto o silêncio, quando na verdade Pandora foi apenas um instrumento de vingança criado por Zeus para castigar os homens.

A fama e credibilidade de Hesíodo fizeram com que sua influência tivesse grande magnitude na Grécia Clássica, condicionando não só a imagem e os direitos das mulheres, mas também os costumes dos casamentos (Lopes, 2012).

Foi amplamente aceite a ideia da necessidade de controlar totalmente a mulher, impondo-lhe o recolhimento e o silêncio, para não poder exercer os seus dotes de sedutora quer pela aparência, quer pela palavra; e tirando-lhe qualquer direito civil, para que não tivesse capacidade económica e de intervenção pública: era controlada por um tutor, o *kyrios*. Todavia, continua a ser ela a transmitir a linhagem dos cidadãos (Lopes, 2012, p. 494-495).

No final do Período Arcaico, com a ascensão do pensamento filosófico racional na Grécia, o pensamento mítico começa a ser substituído, destituindo os poetas como fontes únicas de todo o conhecimento. Todavia, a situação das mulheres na sociedade grega não obteve melhora, já que o homem é o centro das indagações intelectuais e morais, enquanto a mulher era penalizada por ser diferente do homem, que é a nova “medida de todas as coisas”. Ademais, a mulher também foi destituída da posição de símbolo da beleza e causa de paixão, dando lugar a concepção filosófica na qual “a contemplação da beleza masculina levava a emoções sublimes” (Lopes, 2012, p. 595), inferiorizando-as e subalternizando-as cada vez mais. As mulheres passaram a ser consideradas seres sem racionalidade,

consequentemente não poderiam desfrutar da vida política como cidadãs plenas, como podemos observar no trecho a seguir:

Na Grécia Clássica, particularmente em Atenas, a mulher era definida por oposição ao homem, sobretudo em três dicotomias: escravidão vs. liberdade; incontinência vs. autocontrole; apetites e emoções corporais vs. racionalidade. Consequentemente, ele era livre e cidadão, enquanto ela era escrava das paixões e não usufruía de quaisquer direitos políticos, sendo os direitos legais e económicos reduzidos (Lopes, 2012, p. 495).

O prestígio e grandeza dos filósofos gregos fez com que as ideias criadas por eles sobre a condição da mulher com a nova justificativa “científica”, como exemplo as falas de Aristóteles, ficassem gravadas por milênios. Maria José Ferreira Lopes também nos mostra em seu artigo que as falas misóginas continuaram na época helenística, como exemplo a frase de Menandro que coloca a mulher entre os três males em conjunto com o mar e o fogo (Lopes, 2012, p. 499). Todavia, uma outra manifestação que ocorreu no tempo de Plutarco teve grande proporção, impactando na Idade Média e no Renascimento. Os Oxímoros escritos pelo filósofo Secundus buscaram definir a mulher reforçando a imagem já negativa que se espalhava na época.

Vejam-se algumas definições de mulher: “uma depravação que controla o corpo”; “uma leoa na vossa cama”; “uma víbora vestida”; “um castigo quotidiano”; “um entrave à tranquilidade”; “o saque da nossa vida”; “uma guerra muito dispendiosa”; “uma besta maldosa”; “um instrumento para a procriação”; “um mal necessário” (Philolenko, *apud* Lopes, 2012, p. 499).

Na cultura judaico-cristã, é possível observar através da versão javista do livro Gênesis, sobre a origem do mundo e dos seres humanos, que há uma visão extremamente hierarquizada proporcionando papel de destaque ao homem. Nela, Adão é criado primeiro e também possui prioridade no uso da palavra, cabendo a ele a nomeação de todos os seres criados por Deus, inclusive a primeira mulher. De acordo com diversos exegetas, Adão seria a imagem e semelhança de Deus, a substância, enquanto Eva seria apenas a semelhança, a derivação da substância, por ter sido retirada da costela de Adão (Lopes, 2012), tornando a mulher secundária desde o princípio do mundo.

As diferenças na criação de homem e mulher levam, por exemplo, Fílon de Alexandria a considerá-la – talvez com influência do mesmo mito – uma outra raça. Todavia, contrariamente a Pandora, Eva é uma necessidade de Adão, a ajudante – mais um traço subalternizante – que ele e Deus consideravam imprescindível (Lopes, 2012, p. 506).

Posteriormente à criação, Eva recebe papel central na passagem sobre a tentação da serpente, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pelo pecado. Como consequência, os seres humanos foram expulsos do jardim do Éden, o paraíso, e expostos a tudo de ruim que existe na terra. Lopes nos conta que “a serpente escolheu-a por interlocutora – o que a tornou *instrumentum diaboli* – por saber que era o elo mais fraco” (Lopes, 2012, p. 506). As interpretações obtidas através dessas passagens reservam para Eva o peso da culpa, pois sua curiosidade foi responsável por todos os males sofridos pela humanidade, assim como no mito de Pandora. Também se assemelha ao mito de Pandora as consequências pela ação de Eva, pois o castigo vem em forma de dor e também silenciamento, já que a mulher passa a ser subordinada ao homem (*Ibidem*).

Maria José Ferreira Lopes (2012), complementa que a cultura grega levada por Alexandre Magno ao Egito e Ásia também permeou a cultura judaica diaspórica e a cultura cristã, levando consigo a misoginia helênica. Para ela, o mito de Pandora foi catalisador da ideia de mulher como “armadilha sedutora e mortal” visto na bíblia no livro de Eclesiastes.

O Cristianismo dos finais do Império Romano do Ocidente tornou-se o ponto de convergência de tradições que partilham o pensamento misógino, potenciando-se mutuamente graças ao peso da herança clássica na experiência dos apologetas e Doutores da Igreja, quase todos retóricos de formação (Lopes, 2012, p. 508).

Deste modo, é possível observarmos que a religião foi e continua sendo um destes grandes pilares da desigualdade de gênero e ideia de superioridade do homem em relação à mulher, já que também utiliza suas próprias formulações para justificar a subordinação da mulher ao homem, a conduta masculina na sociedade e os papéis impostos a cada gênero.

Vimos como homens se apropriaram e depois transformaram os principais símbolos de poder feminino: o poder da Deusa-Mãe e as deusas da fertilidade. Vimos como os homens construíram teologias baseadas na metáfora contrafactual da procriação e redefiniu a existência feminina de maneira restrita e sexualmente dependente. Por fim, vimos como as mesmas metáforas de gênero expressaram o homem como norma e a mulher como desvio; o homem como completo e poderoso, a mulher como inacabada, mutilada e sem autonomia. Com base em tais constructos simbólicos integrados à filosofia grega, teologias judaico-cristãs e a tradição legal sobre a qual a civilização ocidental é construída, os homens explicaram o mundo em seus próprios termos e definiram as questões importantes de modo a se colocarem no centro do discurso (Lerner, 1986, p. 226).

A historiadora Gerda Lerner (1986), nos explica que o sistema patriarcal é uma criação histórica e que seu processo de formação levou 2500 anos para ser de fato concluído. Inicialmente, o patriarcado surgiu como Estado Arcaico e a base de sua organização foi a família patriarcal, a qual criava e expressava incessantemente suas regras e valores. Nesta sociedade os papéis e a conduta tida como apropriada para cada sexo eram retratados por meio de valores, leis, costumes e papéis sociais. Além disso, de modo mais significativo, estes também eram expressados em metáforas primordiais, que passaram a ser parte da construção social e também do sistema explicativo (Lerner, 1986, p. 219).

Lerner afirma também que antes mesmo do surgimento da civilização ocidental a sexualidade das mulheres, sua capacidade reprodutiva e sexual, já havia sido modificada, pois o desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico estabeleceu a troca de mulheres entre tribos para além da resolução de conflitos por meio de casamentos. Sociedades com mais mulheres seriam capazes de produzir mais filhos, o que consequentemente favorecia o trabalho nas sociedades de agricultores, já que nestas o trabalho das crianças poderia ser utilizado para aumentar a produção e até mesmo acumular excedentes.

“Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias (Lerner, 1986, p. 219).

Posteriormente, as mulheres passaram a ser dominadas ou compradas para serem escravizadas, pois seus serviços sexuais eram considerados mão de obra e seus filhos propriedade de seus escravizadores. De acordo com Lerner, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas anteriormente aos homens, enquanto estes eram mortos. “Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades” (*Ibidem*). A autora explica também que a escravização das mulheres combinava tanto o machismo quanto o racismo e foi anterior à formação e opressão de classes, pois para ela as diferenças de classes foram inicialmente desenvolvidas em termos de relações patriarcais.

Mais à frente, no segundo milênio antes de Cristo, nas sociedades mesopotâmicas as mulheres filhas de famílias pobres eram vendidas para prostituição ou casamento para ajudar a família economicamente e melhorar a posição e o status econômico desta da sociedade. Caso o marido ou pai não conseguisse pagar suas dívidas, sua esposa e filhos poderiam ser usados como garantia, tornando-se escravos do credor. “O produto desse comércio de mulheres – preço de noiva, preço de venda e filhos – era controlado pelos homens” (Lerner, 1986, p. 220). Lerner complementa que é importante deixar claro que a comercialização se dá por conta da capacidade reprodutiva e sexual da mulher, essas mulheres da sociedade ocidental nunca foram assimiladas como “coisas” ou não humanas.

As mulheres, não importando quanto tinham sido exploradas e sofrido abusos, conservaram seu poder de ação e escolha na mesma proporção – com frequência limitada – que os homens de seu grupo. Mas as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também restritas de maneira muito particular em termos psicológicos (Lerner, 1986, p. 220).

Foi imposto à mulher, pelo papel de gênero, ser trocada em transações de casamento, enquanto o papel de gênero atribuído aos homens foi de definidor dos termos da troca e executante desta. Além disso, foi a ela imputado o papel de

esposa substituta, pois que deveria se associar aos homens de elite e oferecer a eles seus serviços sexuais e reprodutivos. Caso uma mulher não atendesse satisfatoriamente a esses requisitos era substituída e perdia todos os seus privilégios e status. Outrossim, o papel de gênero atribuído aos guerreiros foi primordial para os homens adquirirem poder sobre as mulheres e homens das tribos conquistadas nas guerras (Lerner, 1986, p. 221).

A dominação induzida pela guerra foi feita a partir de diferenciação, seja de raça, gênero ou etnia dos vencedores e perdedores. Porém, Lerner afirma que a ideia de diferença entre dominadores e dominados foi primeiramente estabelecida pela diferença mais observável, a de gêneros. “Os homens haviam aprendido como afirmar e exercer poder sobre as pessoas um tanto diferentes deles na primitiva troca de mulheres. Dessa maneira, os homens adquiriram o conhecimento necessário para elevar “diferença” de qualquer tipo a um critério para a dominação” (Lerner, 1986, p. 221).

Posteriormente, o Estado Arcaico surgiu com as mesmas raízes de dominância sexual dos homens sobre as mulheres. Este se organizou de maneira que a dependência dos chefes de família no rei ou na burocracia do Estado fossem compensados pela sua dominância no âmbito familiar. Assim como o Estado distribuía os recursos da sociedade aos chefes de famílias, estes os distribuíam em suas famílias. “O controle dos chefes de família sobre os familiares e filhos menores de idade era tão importante para a existência do Estado quanto o controle do rei sobre seus soldados” (Lerner, 1986, p. 223). A historiadora, complementa que, a partir do segundo milênio antes de Cristo, todas as sociedades dos Estados tiveram como principal meio de controle social o controle constante do comportamento sexual de seus cidadãos.

Como podemos observar na citação abaixo, a família patriarcal é extremamente resistente e presente em diversas épocas e locais.

O patriarcado oriental abrangia a poligamia e a prisão de mulheres nos haréns. O patriarcado na Antiguidade clássica e em seu desenvolvimento europeu baseava-se na monogamia, porém, em todas as suas formas, um duplo padrão sexual – que colocava a mulher em desvantagem – era parte do sistema. Nos estados industriais modernos, tais como os Estados

Unidos, as relações de propriedade dentro da família desenvolvem-se ao longo de linhas mais igualitárias do que aquelas em que o pai detém poder absoluto. Ainda assim, as relações de poder econômico e sexual dentro da família não se alteram necessariamente [...] A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que a sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem (Lerner, 1986, p. 223).

As mulheres vivem cerca de quatro mil anos sob os moldes do patriarcado, sobretudo na forma da dominação paternalista, na qual um grupo dominante considerado superior age sob o grupo dominado/inferior. A família patriarcal se organiza de modo que as responsabilidades e obrigações são distribuídas de forma desigual até mesmo entre aqueles que necessitam de proteção, já que a subordinação dos filhos meninos à dominação do pai dura apenas até que estes se tornem responsáveis por suas próprias casas. Enquanto as filhas e esposas são subordinadas ao pai/cônjuge durante toda a vida. Nesta estrutura familiar, as mulheres são ligadas ao parente homem de sua família de origem e são doutrinadas desde a infância para cumprirem com obrigações que incluem aceitar um cônjuge alinhado com os interesses familiares. As filhas escapam da dominação do pai apenas quando se casam, e assim tornam-se protegidas e dominadas por outro homem (Lerner, 1986, p. 224).

De acordo com a filósofa brasileira Márcia Tiburi (2018), o lar não é um lugar doce para as mulheres, pois apresenta um sistema no qual os homens lucram com a exploração das mulheres nos trabalhos domésticos naturalizados pelos papéis de gênero e não remunerados.

Essa condição feminina depende de um discurso, de uma espécie de texto que é dito diariamente ou de um subtexto que permanece secreto. O romantismo nas relações familiares, que são muitas vezes as mais cruéis, servem para garantir a função do casamento e da maternidade. As virtudes cristãs das mulheres, tais como a capacidade de cuidar e a compaixão, a compreensão e a atenção ao outro, bem como a feminilidade na forma de delicadeza, da sensualidade e da paciência, tudo isso serve como texto para ocultar o subtexto do machismo que nos informa “para que serve” uma mulher (Tiburi, 2018, p. 30).

O sistema patriarcal organiza a nossa sociedade de maneira hierarquizada, colocando os homens brancos em posição de superioridade às mulheres. Neste

sistema, eles detêm os diversos poderes, como o poder político, econômico e educacional, negando o acesso das mulheres a esses espaços (Tiburi, 2018, p. 13). Para a mulher, resta apenas a subalternização e violência, tanto física e psicológica quanto a violência epistêmica, que ocorre por meio da desvalorização de seus estudos e produções e da negação de sua capacidade cognitiva. De acordo com a filósofa Márcia Tiburi, o patriarcado:

Tem uma estrutura de crença firmada em uma verdade absoluta, uma verdade que não tem nada de “verdade”, que é, antes, produzida na forma de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam bem limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente (Tiburi, 2018, p. 13).

Ademais, a funcionalidade do patriarcado está diretamente ligada à cooperação das mulheres, pois estas são moldadas psicologicamente para internalizarem a ideia da sua própria inferioridade para permanecerem subordinadas. O patriarcado mantém as mulheres cooperando para sua própria subordinação por meio de: doutrinação de gênero; carência educacional; negação às mulheres do conhecimento da própria história; divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por restrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (Lerner, 1986, pág 224).

A versão masculina da história, legitimada como a “verdade universal”, apresentou as mulheres como marginais à civilização e como vítimas do processo histórico. Ser assim apresentada e acreditar é quase pior do que ser esquecida por completo. Como sabemos agora, essa imagem é falsa, em ambas as afirmações. Mas o progresso das mulheres ao longo da história é marcado pela luta contra essa distorção incapacitante (Lerner, 1986, p. 229).

Em face das análises e citações dos filósofos vistas anteriormente, é possível concluirmos que a maneira como os homens brancos cis de classe dominantes

pensaram e descreveram as mulheres ao longo dos séculos contribuiu grandemente para tornar a misoginia algo enraizado na sociedade, desde seu aparecimento e popularização. Os homens (brancos, cis, etc.) criaram teses filosóficas, religiosas ou científicas para justificar a ideia de que as mulheres não eram capazes de determinadas atividades por conta de sua própria natureza, e criaram leis as quais associadas aos papéis de gêneros impostos na sociedade, de fato tornaram essas mulheres “incapazes”, pois impediam que estas estudassem e participassem da vida pública e política.

Gerda Lerner (1986), nos conta que as mulheres são prejudicadas há mais de 2500 anos na questão educacional, pois foram historicamente impedidas de atingir todas as precondições necessárias para a obtenção de uma educação de qualidade, como estímulo cultural, formação nas melhores tradições, tempo reservado para os estudos e absorção dos pensamentos e teorias aprendidos etc.

A discriminação educacional trouxe desvantagens no acesso ao conhecimento; o “estímulo cultural”, institucionalizado nos pontos mais altos dos estabelecimentos religiosos e acadêmicos, não estava disponível para elas. De maneira universal, mulheres de todas as classes tinham menos tempo livre do que os homens e, em razão da criação dos filhos e da servidão familiar, o tempo livre que tinham em geral não lhes pertencia. O tempo de homens pensadores, seu tempo de se dedicar ao trabalho e aos estudos, desde o início da filosofia grega, é respeitado como algo privativo. Assim como os escravos de Aristóteles, as mulheres, “que, com seus corpos, servem às necessidades da vida”, sofreram por mais de 2.500 anos as desvantagens de um tempo fragmentado e sempre interrompido (Lerner, 1986, p. 230).

As mulheres em geral foram impedidas de participarem ativamente das tarefas de cidadã, tendo o direito ao voto negado, já que através da política seria possível alcançar maior igualdade de gênero. As mulheres brancas foram impedidas de trabalhar fora de casa, limitando suas atividades ao âmbito doméstico e às obrigações sexuais e reprodutivas, enquanto às mulheres racializadas foi negada a humanidade.

De acordo Yara Frateschi (2022), pesquisas realizadas por Eileen O'Neill e Sabrina Ebbersmeyer, apontam que a partir do século XVIII, houve uma intensificação no desaparecimento das filósofas na França, Inglaterra e Alemanha,

pois nos catálogos produzidos por Gilles Menages, Jean de La Forge e Marguerite Bufet no séc. XVII as mulheres filósofas estavam presentes, assim como nas obras sobre a história da filosofia mais famosas da época. No século XIX, as mulheres haviam desaparecido completamente dos livros de história da filosofia: “nenhuma mulher, em lugar algum, foi descrita como colaboradora original e significativa para a filosofia moderna” (O’neal, 2005 *apud* Frateschi, 2022, p. 32).

Tanto O’Neill quanto Ebbersmeyer encontram em fatores extrínsecos à filosofia possíveis explicações para o progressivo desaparecimento das mulheres das histórias europeias da filosofia do século XVIII ao XIX. Não que não devam ser cogitadas também razões internas, mas ambas procuram mostrar que as filósofas começaram a ser varridas da historiografia justamente no momento em que a luta pela emancipação feminina se mostrou forte o suficiente para colocar em ameaça a ordem patriarcal (FRATESCHI, 2022, p. 33).

O’Neil (2005, *apud* Frateschi, 2022, p. 33), afirma que o dramático desaparecimento das mulheres na história da filosofia no século XIX só pode ser compreendido ao se examinar o clima político e social que se seguiu à Revolução Francesa. Ele destaca que, desde o início da democracia moderna, havia uma preocupação cultural sobre se a limitada participação das mulheres na nova esfera pública levaria à igualdade no poder político e econômico. Nesse contexto, a mulher autora passou a simbolizar a autonomia crescente e a possibilidade de independência econômica para todas as mulheres, representando a possibilidade de dismantelar a ordem patriarcal. No entanto, foram as teóricas, especialmente as filósofas, que enfrentaram uma recepção particularmente hostil, já que ser filósofo naquele período implicava ter poder para definir e distinguir os campos do conhecimento. Ele questiona o que ocorreria se “rainhas filósofas” pudessem governar a polis, observando que a desestabilização da hegemonia masculina com o surgimento da democracia moderna era algo que muitos defensores da democracia não conseguiam suportar.

Na tese de O’Neil, o movimento de exclusão das mulheres da filosofia fez parte de “um movimento reacionário com relação à questão de gênero” (Frateschi, 2022, p. 32) e foi liderado por homens de diversas áreas, com o objetivo de prejudicar os movimentos de emancipação feminina e a igualdade de direitos. Na

época, o status de filósofo estava diretamente ligado a poder e legitimidade na sociedade, ou seja, a exclusão das mulheres também foi um modo de deslegitimar sua voz e causas, para que o privilégio masculino permanecesse intacto.

Sabrina Ebbersmeyer, explica que nem os movimentos de emancipação feminina e pelo direito à educação universitária no fim do séc. XIX na Alemanha foram capazes de promover uma retomada na discussão acerca dos apagamentos sofridos pelas filósofas. Contrariamente, o que ocorreu foi um fortalecimento desses apagamentos, que ela entende por “sintoma da tentativa de manter as mulheres fora da academia em geral e fora da filosofia em particular” (Ebbersmeyer, 2019. *apud* Frateschi, 2022). “Com essa intenção, os próprios historiadores da filosofia passam a justificar a ausência de mulheres com o argumento de que suas filosofias são deficientes, pobres, secundárias ou nem mesmo dignas do nome filosofia” (Frateschi, 2022, p. 33-34).

Como pudemos observar no início do capítulo, o discurso misógino já estava presente nos mitos de Hesíodo, na filosofia antiga e com força intensa entre os filósofos da modernidade. Sendo assim, é perceptível uma união dos homens presentes nos diversos âmbitos da vida, como a política, filosofia, ciência e religião, para inferiorizar as mulheres de maneira justificada e bem elaborada. Conjuntura que impactou diretamente as mulheres da filosofia, já que os filósofos que defendiam a participação ativa das mulheres na filosofia eram minoria. Em alguns casos, o filósofo até discutia filosofia e se deixava influenciar por pensadoras que resistiam aos papéis de gênero a elas impostos, mas ainda assim, não deixava de lado o preconceito de gênero e as falas misóginas e machistas. Os discursos misóginos proferidos pelos filósofos das mais diversas épocas foi um grande legitimador da exclusão e apagamento das mulheres filósofas e também serviu para desencorajar as mulheres de estudarem filosofia. Logo, é um dos maiores mecanismos de apagamento utilizado contra as mulheres, já que através do discurso de ódio foi garantido o afastamento e silenciamento das mulheres filósofas.

A dificuldade das mulheres em conseguir acessar a escolarização formal também garantiu que a maioria destas não tivesse acesso a filosofia e a produção

de conhecimento e que estas não fizessem uso de seu intelecto livremente. Ademais, mesmo quando as mulheres conseguiam demonstrar sua capacidade intelectual e produzir filosofia, seus pensamentos não eram considerados válidos e foram descartados por grande parte dos filósofos de suas épocas e posteriormente pelos historiadores da filosofia, ficando à margem do cânone por séculos. O impacto de tais atitudes foi tão grande que suas consequências são observadas por nós tanto tempo depois, tendo em vista que a desigualdade de gênero na área da filosofia é algo persistente.

Os homens brancos, cis etc. são os maiores beneficiados com a exclusão das mulheres, já que dessa forma eles possuem superioridade na sociedade, não necessariamente por mérito mas sim por conta dos privilégios adquiridos na sociedade patriarcal branca, baseada na disseminação de inverdades sobre as mulheres e em sua exclusão. Outrossim, o fato de que, na sociedade patriarcal branca, os homens brancos não precisam se preocupar com as questões domésticas e familiares, atribuindo tais responsabilidades apenas às mulheres, faz com que majoritariamente estes homens consigam evoluir no âmbito público, político, profissional, econômico, acadêmico etc.

3. A COLONIALIDADE E AS MULHERES RACIALIZADAS

Quando pensamos acerca das mulheres e do feminismo, é comum cairmos no erro de classificar a categoria mulher de maneira geral e unificada. Todavia, é necessário nos atentarmos ao fato de que não somos todas iguais e que essas diferenças promovem opressões para além do sexismo e machismo na vida de muitas mulheres. Tal fato torna fundamental expandirmos nosso olhar para outros marcadores sociais criadores de opressão e exclusão das mulheres na filosofia e outras áreas da vida.

A raça, classe social, orientação sexual, etc. somadas a misoginia e sexismo tornam as mulheres que fazem parte dessas outras minorias ainda mais oprimidas. A filósofa Lélia Gonzalez (1979, p. 50), explica que “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. As mulheres negras, por exemplo, quando comparamos os dados, são minoria entre as alunas de graduação, pós graduação e docentes universitárias. Neste capítulo me dedicarei a analisar as questões que fizeram com que as filósofas negras fossem ainda mais apagadas ao longo da história da filosofia, pois como visto no segundo capítulo deste trabalho, a presença de filósofas negras nos livros didáticos de filosofia para o ensino básico é quase nula, devido ao racismo e colonialidade presentes em nossa sociedade.

O sociólogo Ramón Grosfoguel (2012), explica que anteriormente à criação do racismo contra as pessoas negras, havia a discriminação religiosa, que foi um tipo de proto-racismo utilizado pelos colonizadores católicos contra as populações muçulmanas e judias da Península Ibérica, através do discurso da “pureza de sangue”. O que culminou no genocídio destes povos. Neste caso, não houve questionamento acerca da humanidade dessas pessoas, mas sim preconceito para com suas religiões, pois para os dominadores o deus destes povos era o errado. A ideia colonizadora da época era tornar apenas um Estado, uma identidade e uma religião (católica) como universal.

O que se colocava em dúvida era a identidade ideológica e teológica dos sujeitos sociais. A classificação social usada na época tinha relação com uma questão teológica de ter o “Deus equivocado” ou a “religião errada” para dividir a sociedade em grupos religiosos. Em suma, o que importa aqui é o discurso da “pureza do sangue”, usado na conquista de Al-Andalus, que foi uma forma de discriminação religiosa, mas ainda não era plenamente racista, pois não colocava em dúvida, de maneira profunda, a humanidade de suas vítimas (Grosfoguel, 2016, p. 33).

Posteriormente, com a invasão e colonização dos continentes africano e americano e a descoberta, por parte dos europeus, de novas pessoas não-brancas no mundo, nasce a ideia de raça que conhecemos até os dias de hoje. Houve uma articulação entre os discursos de discriminação religiosa anteriores com os discursos racistas originados na colonização da América e África. A partir de 1942, surge um tipo diferente de discurso que caracteriza os indígenas nativos das Américas como povos sem religião, o que no imaginário cristão da época significava que estes povos não tinham almas, logo não eram seres humanos. Por não serem considerados humanos podiam ser escravizados, ideia que transformou todo o imaginário de dominação daquela época. Grosfoguel nos conta que:

Contrario al sentido común contemporáneo, el «racismo de color» no fue la primera forma del discurso racista. El «racismo religioso» («pueblos con religión» frente a «pueblos sin religión») fue la primera forma de racismo en el «sistemamundo capitalista/patriarcal occidentalocéntrico/cristiano-céntrico moderno/colonial». Esta definición de «pueblos sin religión» se acuñó durante todo el siglo XVI en España. El debate que provocó la conquista de las Américas fue alrededor del tema de si los «pueblos sin religión» encontrados en las Indias Occidentales tienen alma o no tienen alma (Grosfoguel, 2012, p. 90).

De acordo com essa perspectiva⁶, o processo de colonização europeu foi responsável pela criação da hierarquização racial, e em algumas sociedades também de gênero. De acordo com Lélia Gonzalez, o racismo é uma construção ideológica e de discurso de exclusão, que tem sido perpetuado e reinterpretado em conformidade com os interesses dos que se beneficiam dele (Gonzalez, 1979). A partir disso, as mulheres racializadas nativas dos países colonizados sofreram com

⁶ Existem outras perspectivas como a de Carlos Moore, que defende que o racismo antinegro já estava presente desde a Antiguidade Clássica entre os gregos e romanos, que posteriormente tomou novas proporções com as guerras de colonização na Modernidade.

diversos tipos de agressões físicas, pois foram violentamente sequestradas de seus países de origem e escravizadas. O colonialismo histórico se difere do que conhecemos como colonialidade, já que o primeiro não engloba obrigatoriamente relações racistas de poder. Todavia, o surgimento e propagação da colonialidade pelo globo estão diretamente ligados ao colonialismo. Diferente do colonialismo, a colonialidade se demonstrou mais duradoura e estável (Lugones, 2008).

Aníbal Quijano (2010), nos explica que o novo modelo de dominação originado no período moderno/colonial dividiu o mundo a partir da raça e etnia, e o poder se estruturou em relações de exploração, dominação e conflito entre os atores sociais na disputa pelos âmbitos mais fundamentais da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos (*Ibidem*).

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (Quijano, 2010, p. 84).

Ao longo dos processos de colonização, a violência não se deu somente por meio de agressões físicas mas também contra o intelecto dos povos colonizados, pois estes foram destituídos de racionalidade e tiveram seus saberes, culturas e religiões nativas menosprezadas e demonizadas. Ademais, durante a colonização, os dominadores se referiam aos nativos como animais e seres sem alma, a fim de retirar a humanidade dessas pessoas para que fosse mais fácil e bem aceito sequestrá-las de seus países, escravizá-las e matá-las. Os dominadores coloniais destituíram os povos colonizados de toda e qualquer dignidade humana e dos seus patrimônios culturais originais, removendo os nomes e status destas pessoas e dispersando grupos de linguagem comum para que assim estes fossem usados como “coisas” no mercado de escravizados criado por eles (Hooks, 1981, p. 33).

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão (...). A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de

percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado (Quijano, 2010, p. 124).

A criação desta representação sobre os povos nativos se espalhou por praticamente todo o mundo com a expansão da dominação da sociedade ocidental, hierarquizando os povos com base em uma idealização moderna que colocou o homem branco racional europeu como modelo universal de humanidade a ser seguido, inclusive no âmbito filosófico. A colonialidade promoveu a criação e imposição de identidades geoculturais, sociais e raciais que não existiam previamente. Assim o mundo passou a ser separado em polos por meio de uma visão dicotômica, superior e inferior, racional e irracional, primitiva e civilizada (Lugones, 2008). Nesta lógica, os pólos superiores e centrais são os habitados pelos dominadores, enquanto os colonizados estão localizados às margens e ao sul. “Last, but not least, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do ‘centro’, quer da ‘periferia colonial’ (Quijano, 2010, p. 124).

A Europa foi colocada à frente de todos na linha temporal das espécies na lógica evolutiva colonial, por ser a colonizadora do restante do mundo, preexistente ao capitalismo mundial colonial e centro capitalista global. Enquanto isso, o restante do mundo foi caracterizado como primitivo e periférico, definido por tudo aquilo que não é, não-europeu, não-central etc. Todos aqueles que não eram europeus estavam em “uma etapa anterior na história das espécies nesse caminho unidirecional” (Lugones, 2008, p. 61).

Ao longo da construção do “sistema capitalista eurocêntrico colonial” no período da modernidade, diversas transformações aconteceram forçadamente em toda estrutura societal nativa. A própria ideia de gênero também foi levada e imposta pelos colonizadores portugueses e espanhóis em algumas sociedades nativas, como por exemplo a lorubá. A imposição deste sistema de gênero exerceu um papel fundamental no rompimento das relações igualitárias e comunais nessas civilizações. Além disso, agiu também na fragmentação “do pensamento ritual, da

autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões, e das economias” (Lugones, 2008, p. 74).

A filósofa María Lugones (2008), nos explica que existem dois lados no sistema de gênero: o visível e o oculto. O lado visível diz respeito à construção hegemônica do conceito de gênero e das relações de gênero que conhecemos. Este estrutura a vida dos homens e mulheres brancas e determina o significado colonial/moderno de homem e mulher. Ao passo que o lado oculto se apresenta de maneira extremamente violenta e genocida.

As mulheres nativas não eram consideradas mulheres pelos dominadores, ao longo dos processos de colonização elas passaram por processos extremos de inferiorização, escravização e desumanização. Estas foram descaracterizadas como seres humanos e definidas como animais, seres sem almas.

Eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global (Lugones, 2008, p. 76).

No Brasil, as mulheres negras escravizadas trabalhavam sob o sol escaldante e eram subalimentadas. Além disso, quando recebiam as funções de “mucama” o trabalho não era diminuído nem menos exaustivo, pois tinham como obrigação realizar todas as tarefas domésticas da casa-grande:

Lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (González, 1979, p. 46).

As imposições coloniais sobre as mulheres negras reverberaram por toda sociedade ocidental e imaginário global. Quando os movimentos de emancipação feminina iniciaram, as mulheres racializadas e atravessadas pela colonialidade não

estavam englobadas nas pautas e reivindicações femininas. Logo, os movimentos feministas iniciais compreendiam como mulheres apenas as mulheres brancas.

Enquanto as mulheres brancas eram definidas como frágeis, delicadas, sexualmente passivas e fracas física e intelectualmente, características socialmente construídas para controlar e afastar as mulheres da vida pública e papéis de destaque na sociedade e produção de conhecimento, as mulheres racializadas eram vistas como animais, capazes de aguentar todo e qualquer tipo de trabalho árduo e escravo, agressões físicas e sexuais. A pensadora Bell Hooks explica que:

A transformação da mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sexual para essa mulher branca senhora virtuosa ocorreu ao mesmo tempo que a exploração sexual em massa das mulheres negras escravizadas [...] Enquanto os homens americanos idealizaram a natureza feminina branca, assaltavam sexualmente e brutalizavam as mulheres negras (Hooks, 1981, p. 34).

O patriarcado e o sexismo tiveram um impacto devastador na vida das mulheres negras escravizadas, pois além da escravização e violência do racismo, foi conferido a estas o status mais baixo da sociedade, pois por serem mulheres os escravizadores também apostaram no controle sexual e reprodutivo destas, além disso, obviamente, essas mulheres também eram vistas como inferiores aos homens, incluindo os homens escravizados. Ademais, “a nudez das mulheres africanas servia de constante lembrança da sua vulnerabilidade sexual. A violação era um método comum de torturar escravas usado para submeter mulheres negras rebeldes” (Hooks, 1981, p. 32).

Os movimentos feministas tinham como modelo de mulher apenas as mulheres brancas, não havendo demanda para as mulheres negras, indígenas, latinas etc. “Começando o movimento de “liberação da mulher” com essa caracterização da mulher como o branco da luta, as feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas” (Lugones, 2008, p. 76). Mesmo que as mulheres racializadas buscassem imitar as mulheres brancas e se transformar em uma versão alternativa delas, recebendo a possibilidade de serem compreendidas como mulheres, nenhum

privilégio que as mulheres brancas tinham era repassado a elas, obtendo apenas a parte da opressão e inferiorização de gênero. Estas mulheres não conseguiam o mínimo de igualdade com as mulheres brancas na sociedade.

Em 1851, Sojourner Truth, ativista abolicionista afro-americana, foi a única mulher negra a participar de uma convenção de mulheres em Ohio, Estados Unidos. A ativista sofreu diversas retaliações e tentativas de silenciamento durante o evento por parte dos homens brancos e também das mulheres brancas presentes. Em seu discurso denominado *“Não sou eu uma mulher?”*, ela enfatizou as diferenças de percepção e tratamento entre as mulheres brancas e as mulheres negras pela sociedade e refutou o argumento dos homens brancos da época de que as mulheres não mereciam igualdade de direitos por conta de sua fragilidade.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! (Truth, 1951, apud Pinho, 2014).

Além disso, a ativista complementou:

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher? (Truth, 1951, apud Davis, 1981, p. 77).

As mulheres racializadas foram deixadas para trás na luta pela igualdade de direitos, enquanto isso, as mulheres brancas avançavam na luta feminista e conquista de direitos e espaço na sociedade. As mulheres brancas puderam estudar primeiro e acessar espaços acadêmicos e intelectuais, tendo maior possibilidade de terem suas produções filosóficas reconhecidas e legitimadas, mesmo com a misoginia vigente. Enquanto estas lutavam para poder trabalhar fora do ambiente doméstico e estudar, as mulheres racializadas lutavam para serem reconhecidas como mulheres.

Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais – e, portanto, esconde a brutalização, o abuso, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (Lugones, 2008, p. 62).

A divisão mundial criada no período colonial fixou no imaginário global que apenas os homens brancos e europeus, ou localizados em países centrais, são capazes de pensar filosoficamente, produzir e transmitir esses conhecimentos. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por todas as pessoas em corpos que não são os de homens ocidentais, torna esses homens privilegiados epistemicamente a ponto de serem eles os responsáveis por definir tudo aquilo que pode ser verdade, filosofia e conhecimento. Infelizmente, devido a colonialidade, esta situação ainda não foi superada em nossa sociedade. Mesmo que os países historicamente colonizados tenham conquistado a independência, ainda se faz presente em diversos campos da vida, sendo um destes o campo do saber, resquícios de imposições, hierarquização, preconceitos, deslegitimação e desumanização promovidas pela colonização e pela colonialidade. Tais ideais estão presentes não só nos países colonizados, mas em grande parte da sociedade ocidental, por conta da expansão destes pelo mundo.

Podemos ver, então, que a maneira como as mulheres dominadas foram animalizadas e inferiorizadas no período colonial está diretamente ligada ao fato de que, ainda hoje, estas mulheres enfrentam diversas formas de invisibilização e deslegitimação de sua capacidade intelectual e de seus saberes. Consequentemente, estas encontram ainda mais dificuldades para serem compreendidas como capazes de fazer filosofia e serem ensinadas dentro dos grandes meios de transmissão do conhecimento filosófico. Como veremos no próximo item, suas epistemes ainda sofrem grande silenciamento pelo pensamento hegemônico extremamente masculino, embranquecido, eurocentrado e colonial que há no âmbito filosófico e acadêmico.

Ao longo deste trabalho ficou explícito que diversas vezes a própria filosofia foi utilizada como mecanismo para legitimar preconceitos e exclusões e assim os dominadores foram mantidos como superiores no campo do saber filosófico e da produção de conhecimento. Criou-se o mito de que a filosofia era algo neutro e não socialmente situado e que suas ideias e problemas eram universais, assim como seus pensadores. Deste modo, os homens brancos europeus utilizados como modelos de filósofos e historiadores da filosofia ficaram responsáveis por delimitar e definir tudo aquilo que poderia ser filosofia, o que obviamente excluiu e ainda exclui todos aqueles que não estavam dentro do “modelo universal” proposto e seus problemas padronizados, como as mulheres ocidentais, mulheres e homens negros, pessoas indígenas etc. Nas universidades brasileiras a área da filosofia possui seu cânone extremamente restrito, de modo que todo conhecimento o qual foi produzido por meio das concepções de mundo do sul global é inferiorizado e separado do cânone superior. Vemos que as estruturas das universidades ocidentalizadas foram baseadas no racismo e sexismo epistêmico.

3.1 O Epistemicídio

Como pudemos observar acima, a principal característica observada durante a colonização é a inferiorização dos povos nativos dos países invadidos pelos colonizadores, como é o caso dos continentes Americano e Africano, dentre outros. Todavia, a inferiorização também atinge os povos racializados que estão pelo mundo, promovendo o aniquilamento de seus saberes, religiões, culturas e conhecimentos através do epistemicídio e da colonialidade do saber.

A epistemologia é a área da filosofia que investiga de que modo e se podemos obter conhecimentos, sua validade e veracidade. A palavra tem origem na fusão de dois termos gregos, *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que pode ser entendido como discurso ou razão, logo a epistemologia seria, portanto, uma teoria da ciência. A escritora Grada Kilomba nos conta que cabe à epistemologia determinar:

1.(os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro (Kilomba, 2008, p. 05).

A partir da explicação do que é epistemologia, podemos compreender melhor o que é o epistemicídio, conceito criado por Boaventura de Souza Santos. Caracterizado pelo ato de inferiorizar e omitir ou apagar o saber e produção de conhecimento científico-filosófico de todo um povo, mais especificamente aplicado aos saberes dos povos marginalizados e das minorias, como é o caso dos povos negros, indígenas e latinos-americanos. De maneira que, ao silenciar estas vozes, há uma supervalorização dos conhecimentos produzidos por homens brancos europeus e posteriormente norte-americanos, pois estes continentes e países são considerados os pólos centrais do mundo ocidental e consequentemente "superiores" dentro da lógica colonial que ainda nos atravessa, criando e reforçando uma hegemonia no campo do saber e teoria do conhecimento. A divisão e hierarquização dos povos, raças e culturas na época colonial originou mecanismos que ainda agem como silenciadores das vozes de mulheres racializadas na filosofia.

O epistemicídio também é utilizado como um mecanismo para proteger esta hegemonia eurocentrada, branca e masculina, pois desconsidera e deslegitima tudo que não faz parte dela. Dessa maneira, apesar do mundo ser extremamente pluricultural, complexo e diverso, criou-se a ideia da existência de apenas uma cultura, uma produção de conhecimento, uma religião e uma filosofia, as quais, de acordo com a hierarquização e divisão colonial dos povos, devem ser consideradas universais, e foram impostas pelos povos dominantes e colonizadores.

Parte da ação do epistemicídio também busca impedir essas pessoas marginalizadas de serem compreendidas como sujeitos capazes de produzirem seus próprios conhecimentos, através de suas próprias visões de mundo, e que estes sejam vistos como legítimos em uma escala global, destituindo-as de racionalidade e os desumanizando. Desta forma, o epistemicídio se torna um dos principais pilares

de sustentação da dominação racial, em conjunto com o genocídio, pois veta toda possibilidade de expressão e criação destas pessoas dominadas, negando toda sua cultura, religião, e a produção de seus saberes científicos e filosóficos. De modo que, toda a racionalidade dessas pessoas foi utilizada apenas para exercer o trabalho escravizado e tentar se manter vivas, enquanto nesses processos acabam assimilando a religião, cultura, língua e os conhecimentos impostos pelos colonizadores. Ao longo do processo de colonização, os invasores destruíram os conhecimentos e culturas dos povos nativos como explica o sociólogo Ramón Grosfoguel:

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII. Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI (Grosfoguel, 2016, p. 34).

Na colonização das américas, os indígenas foram caracterizados como povos bárbaros com a necessidade de se converterem ao cristianismo. Os povos originários sofreram sob um regime de trabalho imposto e também com o apagamento de suas culturas e religiões. Posteriormente, iniciou-se o processo de sequestro de africanos de seu continente de origem para realizarem trabalho escravo nas Américas, por serem definidos pelos dominadores como seres sem alma, não seria pecado escravizá-los. Ao longo deste processo de sequestro e escravização milhões de africanos morreram. Todavia a morte não se deu apenas na forma física, os africanos que sobreviveram há todos os processos citados anteriormente

Eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade (Grosfoguel, 2016, p. 40).

O genocídio atrelado ao epistemicídio atingiu também as mulheres indo-europeias, as quais transmitiam conhecimentos xamanicos ancestrais de diversas áreas como biologia, astronomia e ética, de geração para geração. Essas mulheres possuíam papel de destaque em suas comunidades, pois organizavam a política e economia. Apesar de ter se iniciado ainda na baixa idade média, a perseguição a essas mulheres intensificou-se com a ascensão do novo sistema de dominação moderno, colonial, capitalista e patriarcal.

Milhões de mulheres foram queimadas vivas, acusadas de bruxaria, ainda nos primórdios da Modernidade. Dadas as suas qualidades de autoridade e liderança, os ataques constituíram uma estratégia de consolidação do patriarcado centrado na cristandade, que também destruiu formas autônomas e comunitárias de relação com a terra (Grosfoguel, 2016, p. 42).

Os fatos citados acima provocam na atualidade um grande impacto negativo no campo do saber, já que não é possível superar anos de apagamento, subordinação e genocídio tão rapidamente, principalmente porque não há políticas públicas suficientes para minimizar as consequências desses processos de indigências originados na modernidade colonial em nossa sociedade. As estruturas racial, patriarcal e epistêmica tomaram proporções globais, juntamente com os processos de acumulação capitalista (Grosfoguel, 2016). O epistemicídio também impede que, ainda hoje, estas mulheres e pessoas racializadas alcancem a ascensão social e posições de maior destaque dentro da nossa sociedade, sendo as pessoas negras e indígenas minorias dentre os estudantes e professores acadêmicos universitários.

Além disso, quando estas pessoas alcançam estes lugares, a partir de muita luta, a hegemonia extremamente eurocentrada do saber faz com que toda produção de conhecimento filosófico feita por pessoas racializadas, tanto pessoas que produzem dentro de seus países de origem, já historicamente inferiorizados dentro do cânone, quanto em pessoas que são expatriadas, que estudam e produzem conhecimentos em países que não são o de sua origem, seja menosprezada e deslegitimada. Havendo uma disputa dentro destes espaços acadêmicos para que o conhecimento hegemônico seja considerado universalmente válido e neutro, com o

pretexto de que por haver esta universalidade, não há necessidade de termos uma maior pluriversalidade dentro do campo do saber, e que o que estes grupos epistemicamente inferiorizados produzem não pode ser considerado filosofia, sendo muitas das vezes definido como “discurso militante” (Carneiro, 2005).

O epistemicídio é um dos principais mecanismos que age impedindo que as mulheres filósofas negras, indígenas e latino-americanas sejam ouvidas, reconhecidas e legitimadas dentro dos estudos filosóficos, “matando” suas produções de conhecimentos científicos e filosóficos e promovendo esta intensa desigualdade racial e de gênero dentro dos ambientes acadêmicos e na tradição histórica do conhecimento e da filosofia.

A filósofa Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado “*A Construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser*”, nos explica que o epistemicídio, além de promover o apagamento e inferiorização dos conhecimentos produzidos por estes grupos marginalizados, também age como promotor da indigência cultural destas pessoas, já que age privando-as de acessarem uma educação de qualidade, menosprezando suas capacidades intelectuais e cognitivas a partir da negação destes grupos como produtores de conhecimento e também diminuindo a autoestima deles por meio dos processos de discriminação dentro dos ambientes educacionais no decorrer do aprendizado. O epistemicídio opera diretamente contra a racionalidade destas minorias, como indicado no trecho a seguir.

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (Carneiro, 2005, p. 97).

De acordo com Grosfoguel (2016), as universidades ocidentalizadas incorporaram estas estruturas epistêmicas moderno-coloniais sexistas e racistas. Assim, as bases do conhecimento nestes locais são formadas por homens de cinco

países principais: Itália, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. As pessoas de pele negra, vermelha e amarela consideradas sem racionalidade e as mulheres ocidentais foram excluídas dessas estruturas de conhecimento e seu cânone.

Há a necessidade de darmos vozes a diferentes epistemologias dentro da filosofia, para que assim pouco a pouco o modelo excludente de saber moderno-colonial-patriarcal-racista seja superado em nossas universidades e escolas e não seja mais o único modelo de conhecimento e considerado superior a todos os outros. Necessitamos mudar nossas perspectivas e questões para que assim haja igualdade e pluriversalidade epistêmica no campo do ensino e produção de conhecimento filosófico, não podemos nos restringir a um modelo que valoriza apenas um único corpo político e um tipo de conhecimento, o qual nem sempre é suficiente para nossas demandas e problemas.

3.2 O pacto da branquitude

A invisibilização dos negros e minorias nas diversas áreas da nossa sociedade muitas vezes parece passar despercebida, principalmente pelas pessoas que estão em cargos de destaque e liderança, tanto em empresas e organizações privadas quanto em instituições públicas e nas universidades, majoritariamente homens brancos. Há uma transmissão desse modo de funcionamento que normaliza a invisibilização dos negros e minorias de geração em geração, não havendo alteração na hierarquia e relações de poder. Segundo Cida Bento (2022), esse fenômeno se chama branquitude, e o fato de haver uma perpetuação dessas hierarquias ao longo do tempo sem que os brancos se preocupem se chama pacto da branquitude. Este fenômeno nada mais é que “um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 11).

Neste pacto, vemos uma sistematização no ato de negar e silenciar a existência do privilégio branco e da exclusão dos negros. Este é um ato de

autopreservação, pois visa se “proteger” do “diferente”, como se estes fossem uma ameaça à norma instaurada. A psicóloga afirma que este medo está ligado diretamente com a representação que fazemos do outro e da forma como reagimos a ele.

Muitas das vezes as desigualdades nesses espaços são justificadas por meio da meritocracia, tentando explicar que se há mais pessoas brancas em determinados lugares é porque elas mereceram isso e que se não há negros nesses lugares é porque não possuem qualificação suficiente. Este argumento se assemelha ao argumento das grandes mentes do cânone filosófico explicitado no segundo capítulo deste trabalho.

O conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa (Bento, 2022, p. 13).

Fato é, que hoje temos plena consciência de como o sistema de dominação moderno-colonial-patriarcal-racista e a escravização das pessoas negras impactaram suas vidas negativamente e deixaram uma herança de dor, sofrimento e violência. Entretanto, é necessário também nos atentarmos ao fato de esses acontecimentos terem impactos positivos na vida das pessoas brancas, dando a essas privilégios em nossa sociedade. Tal herança é marcada por violências, expropriação e epistemicídios contra as minorias raciais e étnicas.

Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão, que corresponde a 4/5 da história do país, ou com aqueles que ainda ocorrem na atualidade (Bento, 2022, p. 15).

Bento (2022), nos explica que a herança está inscrita na subjetividade do coletivo mas nunca é reconhecida publicamente. Há uma identificação entre os herdeiros brancos e estes se beneficiam desta herança, de maneira concreta ou

simbólica. Por outro lado, é necessário que este herdeiro sirva a seu grupo, defenda seus interesses e o proteja.

Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos (Bento, 2022, p. 15).

Apesar de as análises de Cida Bento serem majoritariamente ligadas ao campo organizacional do trabalho e empresas, o pacto da branquitude pode ser observado por nós nas mais diversas áreas da vida. Ao longo dos capítulos anteriores ficou explícito como o sistema moderno de dominação criou um imaginário persistente de inferiorização e subalternização em todos aqueles que não estavam dentro do padrão de humanidade por eles criado. As consequências da divisão de mundo patriarcal e racista são percebidas ainda nos dias de hoje, nossa sociedade é regida ainda pela colonialidade fixada por séculos no imaginário global e a branquitude que recebe privilégios nos diversos âmbitos da vida por conta dessas relações de poder permanece em silêncio para não perder seus benefícios, negando toda e qualquer proposta de igualdade.

A filosofia reflete perfeitamente estas relações, pois como citado previamente, foi baseada em teorias feitas por um cânone extremamente restrito de homens brancos e é mantida intacta e imutada ainda nos dias de hoje, pelo mesmo perfil de pessoa. Sempre que há a tentativa de inserção de novas vozes filosóficas nos ambientes acadêmicos de filosofia, a resposta é que tudo aquilo que não foi produzido pelos clássicos não pode ser considerado filosofia e estar no mesmo patamar que eles. Na verdade, esta recusa em aceitar o diferente nada mais é que medo de perder seus privilégios e hegemonia, disfarçados de preocupações com um padrão de qualidade filosófico.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que as mulheres seguem sendo invisibilizadas no âmbito filosófico, elas não fazem parte das grandes obras filosóficas e estão fora dos currículos de filosofia da graduação, pós graduação, ensino básico de filosofia e dos livros didáticos. Mesmo que sua participação tenha sido comprovada desde o início do pensamento filosófico ocidental, ao longo dos anos as mulheres sofreram com diversos mecanismos de silenciamento que as impediram de terem suas vozes ouvidas dentro da filosofia, privilegiando os pensadores brancos ocidentais, os quais foram colocados como modelo universal exclusivo para a filosofia.

Isso ocorre pois o cânone filosófico tido como tradicional cultivado ao longo da história e ensinado nas graduações de filosofia no Brasil se baseia em um grupo praticamente fechado nomeado como “os grandes autores da filosofia”, que se inicia nos pré-socráticos. Este grupo, composto majoritariamente por homens brancos e europeus, foi estabelecido como definidor do que é a filosofia, seus métodos e também quem pode ser considerado um filósofo para criar a “verdadeira filosofia”.

Fato é, que a maneira como a filosofia foi organizada ao longo dos séculos fez com que muitas pessoas fossem invisibilizadas e marginalizadas, tornando este o campo das humanidades menos diverso tanto na categoria de raça quanto na de gênero. As mulheres, já estavam presentes na filosofia ocidental quando foram mentoras de Sócrates, e a existência da filosofia também foi documentada 2800 anos a.C em países africanos do Vale do Nilo. Ou seja, a filosofia foi produzida por diversos grupos de pessoas que foram excluídas e deslegitimadas pelo cânone. Por isso, no decorrer deste trabalho, foi possível entender como as mulheres e as pessoas marginalizadas foram excluídas ao longo da história da filosofia e desmistificar a ideia de conhecimento neutro e universal.

Também pudemos observar que a posição das mulheres na sociedade e sua natureza foram afetadas por discursos misóginos que desvalorizavam sua imagem e buscavam justificar a noção de inferioridade feminina com base em

fatores biológicos. Durante muitos anos, as mulheres tiveram suas habilidades cognitivas minimizadas pelos homens, e em especial pelos filósofos, que defendiam que elas não eram capazes de pensar racionalmente, considerando essa capacidade como exclusiva dos homens (brancos). A atividade filosófica era definida pelo pensamento estritamente racional, o que levava à crença de que mulheres, negros e todos aqueles marginalizados pela sociedade não seriam capazes de exercê-la, resultando na exclusão e no apagamento de suas contribuições ao longo da história da filosofia. Nesse contexto, os homens brancos cis permaneceram como os únicos detentores do poder, da racionalidade, da voz e da prática filosófica, consolidando sua hegemonia até os dias de hoje.

Como vimos, a imagem negativa da mulher se formou na Grécia Antiga com base na razão e na ciência emergente, descrevendo a mulher como uma criatura frágil, irracional, luxuriosa, instável, perversa e ignorante. Esse discurso continuou na Roma Antiga, foi reforçado pelas religiões judaico-cristãs e permanece no imaginário global até os dias de hoje. Além disso, foi possível constatar que a história da misoginia também representa uma herança cultural ligada à palavra escrita, que era dominada exclusivamente por homens. Por essa razão, a palavra tornou-se um inimigo da mulher, que era silenciada tanto por imposição quanto pela falta de acesso à educação.

Ademais, o privilégio masculino branco com relação às mulheres é reforçado todos os dias por meio do sistema patriarcal, o qual organiza nossa sociedade de forma hierárquica, colocando os homens brancos em uma posição de superioridade em relação às mulheres. Nesse sistema, eles detêm diversos tipos de poder, como o político, econômico e educacional, restringindo o acesso das mulheres a esses espaços. Como abordado no segundo capítulo, as mulheres enfrentam desvantagens na área educacional há mais de 2500 anos, pois foram historicamente impedidas de cumprir as condições necessárias para obter uma educação de qualidade, como estímulo cultural, acesso às melhores tradições, tempo dedicado ao estudo e a assimilação dos pensamentos e teorias aprendidos, entre outros fatores.

Conforme o explicitado nos capítulos anteriores acerca da história da filosofia ocidental, é evidente que a opressão que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam na sociedade teve como pilar os próprios filósofos, que desenvolveram e perpetuaram teses que projetam uma imagem negativa e inferiorizada do feminino em diferentes áreas da vida. Essas teses serviam para justificar a desigualdade e a negação de direitos das mulheres dentro do patriarcado branco. Essas atitudes opressoras, junto ao apagamento das mulheres na filosofia, afastaram este campo do saber de nós, mulheres, perpetuando uma filosofia embranquecida, machista, sexista, racista e elitista a qual pudemos constatar ao longo desta dissertação.

Ademais, a dificuldade que as mulheres enfrentaram para acessar a escolarização formal também impediu que a maioria delas tivesse contato com a filosofia e a produção de conhecimento, limitando seu uso do intelecto de forma livre. Pois, mesmo quando as mulheres conseguiam mostrar sua capacidade intelectual e produzir filosofia, seus pensamentos eram frequentemente desconsiderados e descartados por muitos filósofos de suas épocas e, posteriormente, pelos historiadores da filosofia, ficando à margem do cânone por séculos.

Além de todas essas dificuldades, as mulheres racializadas enfrentaram também a opressão de raça, tornando suas pensadoras ainda mais invisibilizadas no âmbito filosófico, já que o modelo de dominação originado no período moderno levou à hierarquização racial a nível global e violentou os povos dominados não apenas fisicamente, mas também intelectualmente, pois foram destituídos de seus saberes, culturas e religiões e caracterizados como seres sem alma, sem racionalidade, ou seja, animais. Neste processo, as mulheres nativas não eram consideradas mulheres pelos dominadores.

As imposições coloniais sobre as mulheres negras tiveram um impacto profundo em toda a sociedade ocidental e no imaginário global. Quando os movimentos de emancipação feminina começaram, as mulheres racializadas, afetadas pela colonialidade, não estavam incluídas nas pautas e reivindicações femininas. Assim, os primeiros movimentos feministas reconheciam como mulheres apenas as mulheres brancas. No terceiro capítulo foi possível observar que

enquanto essas mulheres brancas eram retratadas como frágeis, delicadas, sexualmente passivas e fisicamente e intelectualmente fracas, as mulheres racializadas eram vistas como seres inferiores, capazes de suportar qualquer tipo de trabalho árduo e escravo, além de agressões físicas e sexuais.

O patriarcado e o sexismo causaram um impacto devastador na vida das mulheres negras escravizadas. Além da escravização e da violência do racismo, a elas foi atribuído o status mais baixo da sociedade. Por serem mulheres, os escravizadores também controlavam seu aspecto sexual e reprodutivo. Além disso, essas mulheres eram claramente vistas como inferiores em relação aos homens, incluindo os homens escravizados.

As mulheres racializadas foram negligenciadas na luta pela igualdade de direitos, enquanto as mulheres brancas progrediam na luta feminista e na conquista de direitos e espaço na sociedade. As mulheres brancas tiveram prioridade no acesso à educação e aos espaços acadêmicos e intelectuais, o que aumentou suas chances de verem suas produções filosóficas reconhecidas e legitimadas, mesmo diante da misoginia prevalente. Enquanto essas mulheres lutavam para trabalhar fora do ambiente doméstico e obter educação, as mulheres racializadas lutavam para serem reconhecidas como seres humanos e mulheres.

É explícito que a divisão mundial estabelecida durante o período colonial perpetuou a ideia de que apenas homens brancos e europeus, ou aqueles localizados em países centrais, são capazes de pensar filosoficamente e de produzir e transmitir conhecimento. Essa inferiorização dos saberes gerados por pessoas que não pertencem ao grupo dos homens ocidentais conferiu a eles um privilégio epistemológico, tornando-os os responsáveis por definir o que é considerado verdade, filosofia e conhecimento. Infelizmente, essa situação, resultante da colonialidade, ainda persiste em nossa sociedade. Mesmo que os países historicamente colonizados tenham alcançado a independência, ainda restam em diversos aspectos da vida resquícios de imposições, hierarquizações, preconceitos, deslegitimação e desumanização resultantes da colonização e da colonialidade.

Ao analisarmos a exclusão de filósofas, negros e outros grupos marginalizados do cânone filosófico, nos deparamos com a justificativa de que suas obras não têm a profundidade necessária e seus temas não são considerados "verdadeiramente filosóficos". O cânone, considerado como o espaço dos clássicos, que são autores renomados cujas obras abordam questões atemporais e que permanecem relevantes ao longo do tempo. Contudo, foi possível notar que a grande maioria desses autores clássicos compartilha a mesma origem, cor e gênero, um fator que não é irrelevante. Portanto não podemos mais aceitar este argumento de superioridade intelectual e importância dos clássicos.

Além disso, foi possível observar a partir dos escritos de Yara Frateschi, que os historiadores da filosofia, fundamentais na construção do cânone, também tendem a compartilhar os mesmos marcadores sociais que aqueles que consideram grandes pensadores, com raras exceções. O que também contribui para invalidar o argumento de superioridade intelectual. Já que não foi possível demonstrar que gênero, raça e origem dos filósofos e historiadores não têm influência na predominância masculina e branca na filosofia. A reconhecida grandeza desses pensadores está relacionada a fatores que vão além do filosófico, envolvendo aspectos políticos, culturais e/ou sociológicos.

Nos capítulos anteriores, tornou-se evidente como o sistema moderno de dominação gerou um imaginário persistente de inferiorização e subalternização para todos que não se enquadravam no padrão de humanidade criado neste período. As consequências da divisão patriarcal e racista do mundo puderam ser comprovadas por meio de algumas pesquisas ao longo deste trabalho. Nossa sociedade continua a ser moldada pela colonialidade e a branquitude, que desfruta de privilégios em diversas esferas da vida devido a essas relações de poder, permanece em silêncio para não perder seus benefícios, negando que exista desigualdade racial em nosso país.

É notável que a filosofia ilustra bem essas relações, uma vez que, como já mencionado, foi fundamentada em teorias elaboradas por um cânone extremamente restrito de homens brancos, e esse modelo se mantém inalterado até os dias de

hoje, promovido pelo mesmo perfil de indivíduos. Sempre que há tentativas de incluir novas vozes filosóficas nos ambientes acadêmicos, a resposta é que tudo o que não foi produzido pelos clássicos não pode ser considerado filosofia nem estar no mesmo nível que eles. Na verdade, essa recusa em aceitar o diferente reflete apenas o medo de perder privilégios e hegemonia, disfarçados de preocupações com um suposto padrão de qualidade filosófica.

Ademais, o fato de, no espaço acadêmico das humanidades, ser comum que os autores clássicos estudados sejam predominantemente de países da Europa e dos Estados Unidos, limita essas teorias, uma vez que são fundamentadas nas experiências, visões de mundo e sensibilidades sócio-históricas de uma pequena parcela da sociedade mundial.

Visto isso, a introdução de novas perspectivas nos estudos e no ensino da filosofia é urgente e necessária, pois existem diversas questões que o cânone filosófico ocidental não consegue abordar, uma vez que os autores clássicos não tiveram acesso a determinadas vivências e situações, resultando em pouca diversidade nos temas. Assim, há uma carência de questionamentos e reflexões que não foram considerados pelos autores do cânone filosófico ocidental, devido às diferenças de perspectivas, vivências e localizações, o que precisa ser resolvido para evitar que a filosofia se torne uma área limitada e empobrecida em termos epistemológicos.

Como brasileiras, latino-americanas e cidadãs de uma sociedade marcada por diversas opressões de gênero, raça e colonialidade, enfrentamos problemas filosóficos que diferem significativamente dos abordados na história da filosofia considerada tradicional. Assim, não faz sentido seguirmos apenas uma linha de pensadores que vivem em realidades completamente distintas e que produziram filosofias que não atendem plenamente às nossas necessidades e muitas vezes acabam até mesmo ferindo nossas existências. As questões que envolvem gênero, raça, sexualidade, etnia e colonialidade ganham relevância diariamente e são essenciais para refletirmos sobre o Brasil e o mundo contemporâneo e seus desafios.

Precisamos refletir acerca desses problemas para que assim seja possível construir uma educação e uma filosofia mais igualitária, que não sirva como manutenção de privilégios dos grupos hegemônicos e excludentes. É imprescindível abriremos espaços de debate dentro das universidades acerca das desigualdades de gênero e raça expostas aqui, para que dia após dia as disciplinas obrigatórias sejam mais plurais dentro da formação em filosofia e também no âmbito escolar, levando mais igualdade a todos os níveis educacionais, a fim de mudarmos efetivamente nossa sociedade por meio de uma educação de qualidade, trazendo igualdade e representatividade para todos.

A significativa lacuna nos currículos de filosofia em diversos níveis de ensino exige uma reformulação. É necessário não apenas expandir o cânone filosófico, mas também reconsiderar “o que” e “quem” define a própria prática da atividade filosófica. Para isso, é essencial que as instituições de ensino contratem novos docentes por meio de concursos, a fim de promover a diversidade no corpo docente, que ainda se mostra bastante masculinizado e embranquecido. Além disso, é fundamental a criação de vagas específicas para disciplinas que abordem temas historicamente negligenciados e ignorados pelo cânone filosófico mencionado anteriormente. Isso permitirá a introdução de novas perspectivas em sala de aula e a disseminação desses conhecimentos excluídos ao longo da história da filosofia, evitando que a formação dos novos docentes continue desproporcional entre saberes tradicionalmente hegemônicos e não hegemônicos.

É fundamental ampliar o conceito de filosofia para que ela não continue centrada em um único eixo, como se nada fora da tradição ocidental merecesse condições paritárias e, conseqüentemente, ser ensinado como uma epistemologia relevante, assim como as demais. Também é necessário garantir educação de qualidade para que as minorias em situação de vulnerabilidade encontrem representatividade na disciplina de filosofia e tenham cada vez mais acesso ao espaço acadêmico da filosofia.

Ao trazer novas perspectivas de diferentes autores para o campo filosófico, possibilitamos também que a filosofia se conecte com as questões atuais que

permeiam nossa sociedade, contribuindo para desmistificar a ideia de que a filosofia é algo abstrato e distante da sociedade não acadêmica. Essa visão, que sugere que a filosofia se limita às questões já estabelecidas pelo cânone e ignora novos questionamentos, minimiza a importância dos filósofos e filósofas em nosso contexto atual, devido ao descompasso entre as pautas relevantes da esfera pública e os temas abordados na filosofia educacional e acadêmica. Portanto, para que haja mudança nesse cenário, é fundamental que professores, professoras e estudantes de filosofia em todos os níveis educacionais reconheçam que as questões levantadas pela sociedade e por diferentes vozes filosóficas têm relevância filosófica, incluindo as de gênero, raça e sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANPOF, Oficial. **Estúdio anpof: revisão do cânone filosófico - Caio Souto entrevista Yara Frateschi**. Youtube, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/k3Fh3Nr2YQE>

ARAÚJO, Carolina. **Quatorze anos de desigualdade**: mulheres na carreira acadêmica de filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. São Paulo: Cadernos de Filosofia alemã (Crítica e Modernidade), vol.24, n.01, jan-jun 2019.

ARAÚJO, Iron Mendes. **Em busca das mulheres na filosofia**: A participação das filósofas nos livros didáticos de filosofia do Programa Nacional do Livro Didático – 2018. Dissertação (Mestrado profissional em Filosofia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

ASANTE, Molefi. **Uma origem africana da filosofia: mito ou realidade**. Tradução: Marcos Carvalho Lopes. Capoeira Revista de Humanidades e Letras. Vol.1 No. 1, 2014, p. 116-121.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Nova York, Random House, 1981. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo : Boitempo, 2016. Recurso digital.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE PAULA, Alisson; PEREIRA, Antônio e COSTA, Frederico. **A priorização do currículo nas políticas educacionais**: A Totalidade Social como Expressão do Campo em Disputa do Currículo. Revista Ideação, N. 42, Julho/Dezembro 2020.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro (Org.). **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. Teresina, PI, Entre Trópicos Ed., 2021. Pro-Posições, Campinas, SP, V. 33, 2022.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **Descartes, as mulheres e a filosofia**. In: O que os filósofos pensam sobre as mulheres. PI, 2021.

FERREIRA, Soraia; FERREIRA, Amauri. **Os livros de filosofia do PNLD/2018 e a lei 10.639/03**: reflexões sobre a diversidade étnico-racial no material didático de filosofia no Ensino Médio.

FRATESCHI, Yara. **Filosofia e humanidades**: as blindagens de uma historiografia sexista. discurso, v.52, n.1, 2022, p. 28-44.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade Brasileira: Uma abordagem político-econômica.** In: RIOS, Flávia e Lima, Márcia (org). Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Zahar, 2020. p. 43 - 57.

GROSFOGUEL, Ramón. **El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?** Tabula Rasa, ISSN 1794-2489, Bogotá, n. 16, 2012, p. 79-102.

GROSFOGUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** Revista Sociedade e Estado. Vo. 31 N. 1, 2016. p. 25 - 49.

GUIMARÃES, Sandra; VERBICARO, Loiane. **Mulheres negras e o mercado de trabalho em tempos da pandemia no Brasil.** Disponível em: <https://www.filosofas.org/f%C3%B3rum/filosofas-em-quarentena/mulheres-negras-e-o-mercado-de-trabalho-em-tempos-da-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 01 set. 2021.

HENRIQUES, Fernanda. **Rousseau e a exclusão das mulheres de uma cidadania efetiva.** In: O que os filósofos pensam sobre as mulheres. PI, 2021.

HOOKS, Bell. **Eu não sou uma mulher?:** Mulheres negras e feminismo. 1981.

HORNBURG, Nice; DA SILVA, Rubia. **Teorias sobre currículo: Uma Análise para Compreensão e Mudança.** Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol.3 n 10. ISSN 1807-2836. Jan-Jun, 2007.

KILOMBA, Grada. **The mask.** In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens; 1986.** Tradução: Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Maria José Ferreira. **De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia ocidental.** Braga: Diacrítica. Vol.26 No.2, 2012, p. 489 - 510.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero.** In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (orgs.). Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 54-88.

MAGNO, Ana Beatriz; SÁ, Silvana. **Painel apresenta raio-x dos professores.** Jornal AdUFRJ, nº 1.304, Rio de Janeiro, 12 de dez de 2023.

MECHIÇO, Rosa Alfredo. **Ensino de filosofia face ao preconceito e exclusão da mulher no corpus filosófico.** Problemata: R. Intern. Fil. V. 11. n. 3, 2020, p. 101-125.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PNLD 2018: Filosofia – Guia de Livros Didáticos.** Brasília: Ministério da Educação, 2017.

MOREIRA, Fernando de Sá. **A persistente desigualdade racial e de gênero na filosofia brasileira**. Nexo Jornal, 23 de Set de 2023. Link para acesso: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaao/2023/a-persistente-desigualdade-racial-e-de-g%C3%A2nero-na-filosofia-brasileira>

MOREIRA, Fernando de Sá. **Negros em programas de pós-graduação em filosofia no Brasil**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.37, n.79, p. 429-454, jan./abr. 2023.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 2014.

PACHECO, Juliana (Org.). **Mulher e filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

PINTO, Maria José Vaz. **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**: Platão e Aristóteles. In: O que os filósofos pensam sobre as mulheres. PI, 2021.

PODCAST ANPOF convida Uma filósofa por mês: **Uma conversa sobre cânone e a existência das mulheres na filosofia**. [Locução de]: Janyne Sattler, Ilze Zirbel, Kariane Marques e Ingrid Meurer. [S.L]: Castbox, 23 mar 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://castbox.fm/episode/Uma-conversa-sobre-c%C3%A2none-e-a-exist%C3%A2ncia-das-mulheres-na-Filosofia-id2795300-id366674485?country=us>. Acesso em: 25 de maio 2023.

PONCE, Branca Jurema. **O currículo e seus desafios na escola pública brasileira**: em busca da justiça curricular. Currículo sem fronteiras, v. 18, n. 3, 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>>.

PUGLIESE, Nastassja. **A questão do cânone no ensino da história da filosofia**. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v.28, n.45, p.402-413, jul.-dez. 2019.

PULEO, H. Alicia. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projecto do futuro**. Caderno no. 8 da Coord. Espec. da Mulher: Políticas Públicas e Igualdade do Gênero, Prefeitura de São Paulo, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010, p.84-130.

RAMOS, Silvana de Souza; MARQUES, Beatriz Sorrentino; ARAÚJO, Carolina; AGGIO, Juliana Ortegosa. **A rede brasileira de mulheres filósofas e a desigualdade de gênero na área de filosofia**. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 10, n. 23, p.37-47, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/17312/12667>

SANTOMÉ, Jurjo. **O curriculum oculto**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1995.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum**: Para todas, todes e todos. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** Ohio, 1851. Trad: Osmunho Pinho, 2014. Disponível em:

https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwIN6wBhCcARIsAKZvD5hwp9BfWr45Ov1RHAfgL5JmCSkINibBwOC8GwxMSPfPqJGIJdLkUIAaAvt9EALw_wcB